

MAIS DE DOIS MIL E QUATROCENTOS TEMAS PARA MONOGRAFIAS JURÍDICAS OU TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.

Adilson Gurgel de Castro
Natal, RN.
25 de junho de 2006.

TOTAIS:	
Antropologia Jurídica	008
Direito Administrativo	140
Direito Ambiental	068
Direito Civil	157
Direito Comercial / Empresarial	101
Direito Constitucional (*)	270
Direito Desportivo	015
Direito da Criança e do Adolescente	037
Direito da Informação	019
Direito do Consumidor	039
Direito do Trabalho	177
Direito Eleitoral	038
Direito Financeiro	060
Direito Internacional e Comunitário	044
Direito Municipal	031
Direito Penal e Processo Penal	212
Direito Previdenciário	033
Direito Processual Civil	235
Direito Romano	016
Direito Tributário	220
Direitos Humanos	048
Ensino Jurídico	039
Ética, Bioética e Biodireito	015
OAB	095
Psicologia Jurídica	006
Poder Judiciário	043
Responsabilidade Civil	084
Teoria Geral do Direito (**)	085
Diversos	091
TOTAL GERAL.	2.406

(*) Inclui: Teoria Geral do Estado.

(**) Inclui: Introdução ao Estudo do Direito, História do Direito, Filosofia do Direito e Sociologia Jurídica.

ANTROPOLOGIA JURÍDICA

Construção da nacionalidade na Constituição Federal de 1988.
Costumes e a positivação do Direito, os.
Formação cultural do Direito brasileiro.
Marginais e excluídos na sociedade atual.
Minorias e excluídos na ordem jurídica mundial.
Minorias e excluídos no Estado Brasileiro.
Nações Unidas e a proteção das minorias, as.
Origem dos direitos dos povos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Abuso de Poder.
Administração Direta e Indireta.
Administração e Constituição.
Administração Indireta Brasileira.
Administração: atividades-fim e atividades-meio.
Agências Reguladoras no Direito Brasileiro.
Agências regulamentadoras e seu papel na solução de conflitos.
Agências regulamentadoras e seu papel.
Agentes Públicos.
As empresas estatais em Juízo.
Atos administrativos especiais.
Atos administrativos.
Atos de governo ou atos políticos.
Atos de improbidade administrativa.
Atos nulos e anuláveis.
Audiências públicas.
Autarquia em regime especial.
Autarquias.
Autonomia contratual da Administração.
Autorização e permissão de uso dos bens públicos.
Bens públicos.
Cargos, empregos e funções públicas.
Cobrança administrativa do crédito da Fazenda Pública.
Coisa Julgada administrativa.
Comentários à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 02.jun.1992).
Comentários à Lei do Petróleo (Lei nº 9.478, de 06.ago.1997).
Concessão de serviço público.
Concorrência pública e seleção da proposta mais vantajosa.
Concurso público, do.
Contencioso Administrativo.
Contratação direta, sem licitação.
Contratos administrativos, dos.
Controle da Administração Pública pelo Ombudsman, do.
Controle da Constitucionalidade pelos Tribunais Administrativos.
Controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário.
Controle hierárquico e tutela administrativa.
Controle jurisdicional da Administração Pública.
Controle jurisdicional da discricionariedade administrativa no Brasil.
Controle popular da Administração Pública.
Controles interno e externo da Administração Pública.
Corrupção no Poder Público.
Crimes de Prefeitos.
Crimes de Responsabilidade Fiscal.
Desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária.
Desapropriação.
Descentralização administrativa.
Desestatização, desregulamentação e privatização.
Desvio de finalidade do ato administrativo.
Desvio de poder legislativo.
Desvio de poder na Administração Pública.
Dever de fundamentação expressa dos atos administrativos.
Dever de motivação expressa do ato administrativo discricionário.
Dimensão jurídico-administrativa do Princípio da Eficiência.
Direito Administrativo aplicado ao Município, o.

Direito Administrativo: legalidade e legitimidade.
Direito de Desapropriação: seus limites.
Direitos dos licitantes.
Disciplina jurídica das águas doces.
Discricionariedade Administrativa como está na Constituição de 1988.
Dispensa e inexigibilidade de licitação.
Eficácia dos princípios administrativos constitucionais.
Empresa Privada na Licitação Pública, a.
Empresas estatais em Juízo.
Empresas Públicas e seu regime jurídico.
Estágio Probatório dos Servidores Públicos.
Função administrativa do Estado.
Função administrativa do Município.
Funcionário Público, do.
Funções administrativas do Estado.
Fundações privadas governamentais.
Fundações Públicas.
Fundamentos e limites da atribuição de poder normativo às Agências Reguladoras.
Importância da Licitação para a Administração Pública, a.
Improbidade administrativa e crimes de Prefeitos.
Improbidade administrativa e suspensão dos direitos políticos.
Improbidade administrativa.
Improbidade administrativa.
Improbidade administrativa: o que é e como deve ser feito o seu controle.
Instrumentos de participação popular na administração pública.
Interesse público: o que vem a ser?
Justa e Prévia indenização na desapropriação, da.
Legitimidade e Discricionariedade.
Licitação e o princípio da moralidade administrativa, a.
Licitação para concessão de Serviço Público.
Licitação Pública: análise dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, ampla.
Licitação: dispensa e inexigibilidade.
Licitações e contratos administrativos.
Licitações públicas, das.
Limitações administrativas à propriedade.
Mecanismos de controle dos atos administrativos como fator de segurança jurídica.
Moralidade administrativa e as empresas estatais, a.
Moralidade administrativa na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a.
Motivação e controle do ato administrativo.
Ombudsman: seu papel e sua aplicação ao caso brasileiro.
Organização administrativa: competência e hierarquia.
Órgãos Públicos.
Parcelamento do Solo Urbano.
Poder de polícia.
Poder de polícia: proporcionalidade e abuso de poder.
Poder regulamentar da administração pública.
Poder: legalidade e legitimidade.
Pregão eletrônico, o.
Princípio da Eficiência administrativa: uma análise.
Princípio da Eficiência e seu impacto no Direito Público, do.
Princípio da impessoalidade.
Princípio da indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.
Princípio da legalidade.
Princípio da moralidade e Licitação.
Princípio da moralidade.
Princípio da motivação.
Princípio da razoabilidade.
Princípio da supremacia do interesse público.
Princípios constitucionais a serem seguidos pela Administração Pública.
Princípios constitucionais do Direito Administrativo, os.
Princípios da Licitação: dispensa e inexigibilidade.
Princípios do contraditório e da ampla defesa na sindicância, os.
Princípios fundamentais do Direito Administrativo.
Privatização: objeto e formas.
Privilégios da Administração Pública em Juízo.

Problema do controle jurídico do Poder, o.
Procedimento administrativo disciplinar.
Processo administrativo e suas espécies.
Regime disciplinar do funcionário público civil na União.
Regime Disciplinar dos Servidores Públicos: aspectos polêmicos.
Regime único dos servidores civis, do.
Regiões metropolitanas e sua institucionalização.
Relação jurídica de emprego na Administração Pública.
Repercussão da sentença penal na esfera administrativa.
Responsabilidade das autarquias.
Responsabilidade do Estado por atos de seus agentes.
Revogação do ato administrativo.
Serviço Público e Privatização.
Serviço Público.
Serviços Públicos e o Código de Defesa do Consumidor.
Servidão administrativa.
Servidores Públicos e seu regime jurídico, os.
Servidores Públicos.
Sociedades de economia mista.
Terceirização de serviços públicos.
Tipos de Controle da Administração Pública.
Tutela dos interesses difusos em Direito Administrativo, a.

DIREITO AMBIENTAL

Ação civil pública ambiental.
Ação civil pública e meio ambiente.
Ação popular ambiental.
Ações coletivas e tutela do meio ambiente.
Advocacia ambiental e os novos paradigmas do Direito Ambiental.
Agências de águas.
Água: sua proteção legal.
Aspectos da legislação de proteção ao meio ambiente do trabalho.
Aspectos jurídicos do Licenciamento Ambiental.
Auditoria ambiental no Brasil.
Biodireito e meio ambiente.
Cidadania e meio ambiente.
Competência do Município em matéria ambiental, a.
Considerações jurídicas do "Caso Lagoinha", em Natal.
Consumidor e o meio ambiente, o.
Controle jurisdicional do licenciamento ambiental.
Crimes contra a fauna.
Crimes contra a flora.
Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural.
Dano ambiental e responsabilidade civil.
Dano ambiental.
Defesa do meio ambiente em juízo como conquista da cidadania, a.
Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental.
Direito agrário e meio ambiente.
Direito ao Meio Ambiente Urbano ecologicamente equilibrado.
Direito de viver num meio ambiente saudável, o.
Direito humano fundamental ao meio ambiente sadio.
Direitos humanos e o meio ambiente.
Espaços ambientais protegidos.
Estado na preservação do patrimônio ambiental, o.
Estudo prévio de impacto ambiental, o.
Execução das Ações Coletivas de proteção ambiental.
Fiscalização da disposição final de resíduos sólidos domiciliares urbanos.
Função ambiental da cidade.
Função ambiental da propriedade.
Gestão ambiental.
Gestão ambiental: responsabilidade da empresa.
Impacto ambiental e suas conseqüências jurídicas.
Inquérito civil em matéria ambiental.
Legislação ambiental no Município de Natal.
Mecanismos jurídicos de proteção ambiental.

Meio ambiente e exercício da cidadania.
Ministério Público e a defesa do meio ambiente, o.
Município e a proteção do meio ambiente, o.
Natureza jurídica da licença ambiental.
Partilha constitucional de competência e legislação ambiental.
Pessoas jurídicas e responsabilidade penal ambiental.
Poder de Polícia ambiental, do.
Poder de polícia em matéria ambiental.
Preservação do meio ambiente por meio do Direito Penal, a.
Princípio da Prevenção no Direito Ambiental, o.
Princípio da Prevenção e o Princípio da Precaução do Direito Ambiental, o.
Princípios do Direito Ambiental.
Propriedade privada e meio ambiente.
Proteção jurídica dos mananciais aquáticos.
Recursos hídricos e sua proteção jurídica.
Relações de consumo e a proteção do meio ambiente, as.
Relatório de impacto ambiental: quando se torna necessário.
Responsabilidade dos sócios, gerentes e diretores nos crimes ambientais.
Responsabilidade objetiva do poluidor.
Responsabilidade penal ambiental da pessoa jurídica.
Sanções administrativas ambientais.
Taxa ambiental.
Transação dos interesses difusos ambientais (Lei nº 7.347/85), a.
Transdisciplinariedade do Direito Ambiental, a.
Tributação e meio ambiente.
Tutela coletiva do bem ambiental, a.
Unidades de Conservação.

DIREITO CIVIL

Abuso de Direito e Ato ilícito.
Abuso de Direito.
Adjudicação, da.
Adoção e direito sucessório.
Adoção por homossexuais.
Adoção transnacional.
Adoção, da.
Adoção, guarda e investigação de paternidade.
Adoção, tutela e guarda.
Alienação fiduciária em garantia, da.
Alteração do Prenome (Lei nº 9.708/98).
Alterações constitucionais no Direito de Família e Sucessões.
Arbitragem e mediação.
Arbitragem no Direito Brasileiro.
Arrendamento rural.
Arrolamento, do.
Aspectos jurídicos da adoção.
Ato ilícito.
Ato jurídico perfeito e direito adquirido.
Ato jurídico.
Bem de família: considerações a respeito.
Benfeitorias e Direito de Retenção.
Boa fé no novo Código Civil.
Casamento e união estável.
Casamento.
Casamentos inexistentes.
Cláusulas abusivas nos contratos.
Cláusulas pacta sunf servanda e rebus s/c stanf/bus e suas conseqüências jurídicas.
Coisa julgada na investigação de paternidade.
Concubinato e seus efeitos patrimoniais na legislação brasileira.
Concubinato e união estável.
Concubinato, do.
Concurso de credores.
Condomínio e Incorporações.
Condomínio em edifícios.
Conseqüências da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal por pedido unilateral.

Conseqüências do não cumprimento do contrato de promessa de compra e venda.
Constitucionalização do Direito de Família: considerações.
Constituição e Direito Civil.
Contrato a favor de terceiro, do.
Contrato de assistência médica, do.
Contrato de corretagem imobiliária.
Contrato de empreitada, do.
Contrato de locação, do.
Contrato de promessa de compra e venda, do.
Contrato de seguro, do.
Contratos atípicos.
Contratos de Adesão.
Contratos em espécie, dos.
Critério jurídico da paternidade.
Culpa e responsabilidade no fim do casamento e da união estável.
Decodificação do Direito Civil.
Desapropriação no Direito Agrário, a.
Desconsideração da personalidade jurídica.
Direito à convivência familiar dos avós.
Direito à Imagem no Direito Civil Brasileiro.
Direito ao nome, do.
Direito Civil na Constituição Federal.
Direito das coisas.
Direito das obrigações.
Direito das sucessões.
Direito de construir, do.
Direito de Família na Constituição Federal.
Direito de Família: teoria e prática.
Direito de Propriedade e meio ambiente.
Direito de Propriedade e ojus aedificandi.
Direito de Propriedade, do.
Direitos da personalidade.
Direitos Reais.
Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal.
Distinção entre obrigação e responsabilidade.
Divórcio, do.
Elementos críticos do Direito de Família.
Entidades familiares na Constituição.
Espécies de culpa.
Exceção de não cumprimento do contrato no Direito Civil Brasileiro.
Família no novo Código Civil Brasileiro, a.
Fato jurídico.
Filhos havidos fora do casamento, dos.
Filiação: constituição e extinção do respectivo vínculo.
Guarda compartilhada dos filhos.
Guarda dos filhos após a dissolução da união do casal.
Herança.
Ideologia, princípios e hermenêutica no Direito de Família. Imprudência, negligência e imperícia.
Insolvência do devedor de alimentos, a.
Investigação de Paternidade e DNA.
Juizados especiais de família.
Lei do inquilinato.
Lesão nos contratos.
Locação de bens imóveis.
Loteamento e desmembramento urbano.
Mercosul e as Relações de Direito Civil nos processos de integração, o.
Ministério Público da família, o.
Natureza e espécies de propriedades.
Negócio jurídico.
Novas limitações ao direito de propriedade.
Novas relações familiares, as.
Novo Código Civil: Alimentos no.
Novo Código Civil: Da Filiação no.
Novo Código Civil: Do Poder Familiar no.
Novo Código Civil: O Bem de Família no.

Novo Código Civil: Os Regimes de Bens no.
Novo Código Civil: Pontos Conflitantes no Direito de Família.
Novo Código Civil: União estável no.
Obrigação de fazer, da.
Obrigação de não fazer, da.
Obrigações de natureza alimentícia.
Obrigações e dos contratos, das.
Paternidade presumida.
Pensão alimentícia entre cônjuges e o conceito de necessidade.
Personalidade civil, da.
Posse, da.
Possibilidade de limitação temporal dos Alimentos.
Presunção absoluta e relativa da aquisição de bens na união estável.
Princípio da boa fé nos contratos, o.
Princípios Gerais do Serviço Notarial e de Registros.
Prisão civil por dívida de alimentos, da.
Prisão civil por dívida, da.
Prisão civil, da.
Problemas da sucessão.
Proteção do bom de família no Direito Civil Brasileiro.
Reconhecimento de paternidade e seus efeitos.
Refazendo o Direito de Família.
Regime jurídico do condomínio fechado.
Registro civil.
Registro de imóveis.
Registros públicos.
Reparação civil na separação e no divórcio.
Responsabilidade civil e penal.
Responsabilidade dos pais por atos praticados por filhos menores.
Responsabilidade parental após o divórcio: guarda compartilhada.
Retificação do registro de imóveis.
Revisão dos contratos.
Salvaguarda dos interesses do nascituro.
Seguros obrigatórios.
Separação judicial e litigiosa com culpa e sem culpa.
Separação judicial.
Sistema da promessa de compra e venda de imóveis.
Sociedade civil.
Sociedade de fato e a entidade familiar no Direito de Família Brasileiro, a.
Sucessão, da.
Testamento, do.
Testamento: aspectos jurídicos.
Títulos de crédito como fontes obrigacionais.
Tutela civil do nascituro.
União afetiva entre homossexuais e seus aspectos jurídicos.
União estável homo afetiva.
União estável, da.
União estável: como dirimir as controvérsias, da.
Usucapião de imóveis.
Usucapião especial rural: doutrina e jurisprudência.
Usucapião especial.
Usucapião urbano e usucapião rural.
Usufruto legal.
Venda de Ascendente a Descendente.
Vícios da posse.

DIREITO COMERCIAL / EMPRESARIAL

Abuso de direito das maiorias acionárias, do.
Acordo de acionistas.
Administradores de Sociedades Anônimas, dos.
Alcance da responsabilidade do avalista.
Alienação fiduciária em garantia.
Alterações do contrato social.
Apuração de haveres do sócio.
Arbitragem nos contratos comerciais.

Aval, do.
Capital estrangeiro no Brasil.
Cédula de Crédito bancário.
Cédula de Crédito.
Cheque eletrônico, do.
Cheque especial, contrato de.
Cheque pré-datado: comentários.
Cheque, do.
Cisão de sociedades e suas conseqüências.
Comissário na concordata, o.
Commercial Paper.
Commercial Paper: sua importância numa economia globalizada.
Concorrência desleal por meio da publicidade.
Concorrência desleal.
Conselho de Administração na Sociedade Anônima.
Constituição de sociedades.
Contrato de Adesão.
Contrato de franquia.
Contrato de locação em shopping centers.
Contratos bancários seqüenciais.
Contratos bancários.
Contratos comerciais internacionais.
Contratos de Franquia e Leasing.
Contratos e obrigações comerciais.
Contratos Internacionais do Comércio.
Contratos Mercantis.
Contratos mercantis.
Credores na falência, dos.
Direito à informação nas sociedades comerciais, o.
Direito aos lucros.
Direito da concorrência.
Direito de preferência dos sócios em aumento de capital social.
Direito do Cheque em face da Convenção de Genebra, o.
Direito Marítimo.
Direito Portuário.
Direitos do acionista minoritário nas S/A.
Direitos do sócio minoritário.
Direitos dos lojistas em shopping centers.
Dissolução e liquidação de sociedades.
Dissolução parcial, retirada e exclusão de sócio.
Distribuição de lucros.
Dumping e comércio internacional.
Em defesa da aplicação dos juros de 12% nos contratos bancários.
Execução de bens dos sócios.
Execução dos acordos de acionistas.
Factoring, do.
Falência e concordata.
Firma individual.
Fundo de comércio, do.
Fusão de empresas.
Fusão, Cisão e Transformação de sociedades.
Fusões, incorporações e cisões de sociedades.
Garantia fidejussória.
Garantia quirografária.
Garantia real.
Incorporação de empresas.
Instituições financeiras no direito brasileiro: atividades próprias ou exclusivas.
Know How e propriedade industrial.
Leasing - O contrato de arrendamento mercantil.
Lei Antitruste (Lei nº 8.884/94): uma análise.
Lei das Duplicatas: comentários.
Lei de Proteção da Concorrência.
Letra de câmbio.
Limites jurídicos dos bancos de dados de proteção ao crédito, dos.
Marca notória e marca de alto renome.

Marcas e patentes.
Mercado de valores mobiliários.
Mercosul e o comércio internacional brasileiro.
Nota promissória.
Nova Lei de Falências: principais características.
Nova Lei de Patentes: avanço ou retrocesso?
Obrigações e contratos mercantis.
Participação nos lucros.
Propriedade industrial.
Proteção do nome comercial estrangeiro no Brasil.
Protesto de títulos, do.
Publicidade comercial: proteção e limites na Constituição.
Recuperação Judicial, da.
Registro de empresas mercantis.
Registro de marcas e patentes.
Representação comercial autônoma, da.
Representação comercial, da.
Responsabilidades dos administradores de sociedades.
Revogação e sustação do cheque.
Shopping Center: aspectos legais.
Shopping Center: direitos e deveres de proprietários e locadores.
Shopping Center: seu regime jurídico.
Síndico na falência, o.
Sociedade Anônima, da.
Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, da.
Sustação e cancelamento de protesto de títulos.
Títulos de crédito.
Transformação de empresas.

DIREITO CONSTITUCIONAL e TEORIA GERAL DO ESTADO

Aborto: a polêmica de sua legalização.
Ação Civil Pública, da.
Ação de descumprimento de preceito fundamental.
Ação de Inconstitucionalidade por omissão.
Ação declaratória de constitucionalidade.
Ação Direta de Inconstitucionalidade.
Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão e Mandado de Injunção.
Ação Popular à luz do princípio da moralidade administrativa.
Ação popular e moralidade administrativa.
Ação popular.
Alguns comentários à Constituição de Estado do RGN.
Arguição de descumprimento de preceito fundamental - Análise à luz da Lei nº 9.898/99.
As reformas da Constituição de 1988.
Asilo político.
Assembléia Constituinte, da.
Assessorias Jurídicas Populares e o acesso à Justiça, as.
Assistência jurídica como instrumento de garantia da cidadania, a.
Assistência jurídica integral e gratuita e o acesso à cidadania, a.
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o.
Autonomia universitária: interpretação e aplicação do artigo 207 da Constituição Federal.
Cassação de direitos políticos.
Cláusulas pétreas da Constituição Federal.
Combate à pobreza e a EC nº 31/2000.
Comissões Parlamentares de Inquérito como instrumento na apuração da corrupção.
Comissões Parlamentares de Inquérito nas Constituições Brasileiras, as.
Comissões Parlamentares de Inquérito: poderes e limites de atuação.
Comissões Parlamentares de Inquérito: seus princípios, seus poderes, seus limites.
Considerações a respeito dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
Considerações em torno da privatização.
Considerações em torno da reeleição dos Prefeitos municipais.
Constitucionalização dos partidos políticos no Brasil, a.
Constituição como garantia da Democracia, a.
Constituição e Democracia.
Constituição e Direito de Oposição.
Constituição e os Direitos Fundamentais, a.

Constituição e os Direitos Sociais, a.
Constituição e seu processo de revisão.
Constituição Federal e o princípio do devido processo legal, a.
Constituição Federal vista pelo STF, a.
Controle da Constitucionalidade das Leis, o.
Controle da Constitucionalidade no Brasil, o.
Controle da Constitucionalidade sobre as Medidas Provisórias, o.
Controle de Constitucionalidade das Leis Municipais.
Controle do Estado pela sociedade.
Controle público e social da atividade econômica.
Corte Constitucional.
Crimes políticos.
Defensoria Pública.
Defensoria pública: letra morta da Constituição?
Defesa da cidadania, da.
Demarcação das terras indígenas.
Democracia Antiga e Democracia Moderna: um estudo comparado.
Democracia e Cidadania.
Democracia e formas de participação popular.
Democracia Participativa Brasileira, a.
Democracia Participativa.
Democracia participativa: suas virtudes e seus dilemas.
Desconstitucionalização do Estado Democrático de Direito, a.
Desobediência Civil.
Deveres constitucionais do Estado Brasileiro.
Dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Brasileiro.
Dimensão atual dos Direitos Difusos na Constituição Federal.
Direito à Comunicação.
Direito à educação e o dever de educar, o.
Direito à habitação e direito de propriedade.
Direito à intimidade: o direito de estar só.
Direito à liberdade de imprensa.
Direito à liberdade de pensamento.
Direito à liberdade de religião.
Direito à privacidade e a Internet.
Direito à própria imagem.
Direito à qualidade de vida como Direito Humano.
Direito ao Desenvolvimento como Direito Humano.
Direito ao Desenvolvimento e investimentos estrangeiros.
Direito ao Desenvolvimento na Constituição Brasileira.
Direito autoral.
Direito como instrumento de combate à pobreza: uma análise da EC nº 31/2000.
Direito Constitucional à Moradia e os efeitos da Emenda Constitucional nº 26/2000, o.
Direito Constitucional e Processos de Integração Comunitária.
Direito Constitucional e Relações Raciais.
Direito Constitucional em face da corrupção política.
Direito Constitucional Tributário.
Direito da nacionalidade.
Direito de acesso à Justiça e exclusão social.
Direito de asilo, do.
Direito de Informação e Direito à Comunicação.
Direito de reunião pacífica.
Direito Fundamental à intimidade e à vida privada.
Direito Individual à assistência judiciária, do.
Direitos difusos na Constituição Federal, dos.
Direitos do Cidadão e os poderes dos meios de comunicação social.
Direitos do Cidadão.
Direitos fundamentais como mecanismo de acesso à Justiça.
Direitos Fundamentais do Trabalhador e a Constituição, os.
Direitos fundamentais na Constituição de 1988: a esfera penal.
Direitos fundamentais na Constituição de 1988: garantias e prestações positivas.
Direitos fundamentais na Constituição de 1988: uma visão geral.
Direitos Fundamentais na Constituição Federal.
Direitos Fundamentais: como lhes dar efetividade.
Direitos Humanos como problema do Direito Positivo.

Direitos Humanos e a Proteção do Cidadão.
Direitos Humanos e Democracia.
Direitos Humanos e Segurança Jurídica.
Direitos Humanos Fundamentais.
Direitos Humanos na Jurisprudência do STF, os.
Direitos Humanos na ordem jurídica interna.
Direitos Humanos no Brasil.
Direitos Sociais e a Constituição de 1988.
Direitos Sociais e Igualdade.
Direitos Sociais e Liberdade.
Divisão dos Poderes na Federação Brasileira à luz da Constituição Federal de 1988.
Educação, um direito de todos; um dever do Estado.
Efetividade das normas constitucionais programáticas, a.
Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.
Eficácia e efetividade do Direito à Liberdade.
Emenda Constitucional nº 31/2000 e a exclusão social: uma solução?
Emenda Constitucional nº 32/2001: limites à edição das medidas provisórias.
Estado brasileiro e os Direitos Humanos, o.
Estado Democrático de Direito.
Estado do Bem Estar Social.
Estado e as pessoas portadoras de deficiência, o.
Estado e Poder.
Estado e Sociedade.
Estado Federal.
Estado frente ao Direito e à Justiça, o.
Estado Liberal.
Estado Mínimo e Interesse Social.
Estado Neo-Liberal.
Estado Social.
Estado Unitário.
Estado Unitário.
Estado, Governo e Democracia.
Estrangeiro na Constituição Federal, do.
Evolução constitucional do Brasil.
Exame de DNA e o princípio da dignidade da pessoa humana.
Exercício pleno da cidadania, do.
Extradicação, da.
Federalismo Brasileiro na Constituição de 1988.
Federalismo brasileiro.
Federalismo Brasileiro: um estudo das nossas constituições.
Federalismo Regional.
Fidelidade partidária.
Forças armadas na Constituição Federal, das.
Formas constitucionais de participação do Cidadão na Administração Pública.
Função constitucional da Polícia Militar.
Função Social da Propriedade e a Desapropriação para fins de Reforma Agrária.
Função social da propriedade.
Fundamentos da República Federativa do Brasil, dos.
Garantia constitucional do procedimento oral no Habeas Corpus.
Garantia do contraditório na Constituição Federal.
Globalização e cidadania.
Greve do servidor público.
Habeas Corpus, o.
Habeas Data e a proteção da privacidade individual, o.
Habeas Data, inovação do Direito Constitucional brasileiro.
Imigração e atividade do estrangeiro no Brasil.
Impeachment presidencial, do.
Importância do Poder Judiciário para a Democracia, a.
Imunidades Parlamentares na Constituição Federal de 1988.
Imunidades parlamentares no Brasil e no Direito Comparado.
Inconstitucionalidade de normas constitucionais no sistema jurídico brasileiro.
Ineficácia dos precatórios.
Inimputabilidade penal na Constituição Federal de 1988.
Instrumentos constitucionais de defesa da cidadania.
Instrumentos constitucionais de participação popular.

Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
Interpretação constitucional.
Intervenção do Estado em seus Municípios.
Intervenção do Estado no domínio econômico.
Intervenção Federal nos Estados.
Inviolabilidade do sigilo de correspondência.
Liberdade de consciência.
Liberdade de credo religioso.
Liberdade de expressão e comunicação: análise da proteção constitucional.
Liberdade de expressão.
Liberdade de Imprensa e os Direitos da Personalidade, da.
Liberdade de imprensa.
Liberdade de Informação e Democracia.
Liberdade de ir e vir.
Liberdade de pensamento.
Limites ao poder de reforma constitucional.
Mandado de Injunção, o.
Mandado de Injunção.
Mandado de Segurança Coletivo: alguns aspectos.
Mandado de Segurança, do.
Mar territorial.
Medidas provisórias na Constituição Federal.
Métodos de interpretação em Direito Constitucional.
Modelo concentrado de Jurisdição Constitucional: a Alemanha.
Modelo difuso de Jurisdição Constitucional: os Estados Unidos.
Modelos de Jurisdição Constitucional: uma análise comparada.
Monopólio da atividade legislativa pelo Poder Executivo: as medidas provisórias.
Município no sistema constitucional brasileiro, o.
Nacionalidade: aquisição, perda e readquirição.
Natureza jurídica da prisão civil.
Natureza política da interpretação constitucional, a.
Normas constitucionais consideradas pétreas.
Normas constitucionais inconstitucionais.
Normas constitucionais programáticas.
Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dos.
Ocupação da terra e direito à moradia.
Ocupação de Terras e o Direito.
Ocupação do solo no Direito Brasileiro.
Omissões legislativas.
Ordem econômica na Constituição Brasileira.
Parlamentarismo ou Presidencialismo?
Parlamentarismo.
Partidos políticos.
Peculiaridades da medida provisória.
Pessoa portadora de deficiência e aplicação da cidadania, a.
Plataforma continental brasileira.
Pluralismo Político na Constituição de 1988.
Poder Constituinte de Reforma.
Poder constituinte originário e seus limites frente aos direitos fundamentais do ser humano.
Poder Constituinte.
Poder e Democracia.
Poder político na Constituição Federal de 1988, sua concepção.
Preâmbulo da Constituição Federal de 1988: uma análise.
Preconceitos vistos pela Constituição Federal.
Presidencialismo.
Princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social.
Princípio da dignidade da pessoa humana e o Direito, o.
Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e os Direitos Fundamentais, o.
Princípio da segurança jurídica.
Princípio da separação dos Poderes.
Princípio Federativo, o.
Princípios constitucionais norteadores da administração pública.
Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil: uma análise.
Privatização do uso da água.
Privatização e serviços públicos.

Privatizações: aspectos legais.
Processo de Reforma Constitucional, do.
Propriedade das águas na Constituição Federal, a.
Proteção ao patrimônio cultural, da.
Proteção aos idosos na Constituição Federal.
Proteção constitucional da dignidade da pessoa humana, a.
Proteção constitucional da própria imagem, a.
Proteção do meio-ambiente na Constituição Federal.
Proteção jurídica da diversidade biológica e cultural.
Proteção jurídica das águas, a.
Proteção jurídico-constitucional da criança, a.
Proteção jurídico-constitucional do adolescente, a.
Racismo na Constituição, do.
Realização constitucional da liberdade sindical, a.
Reclamação constitucional no Direito Brasileiro, a.
Reeleição e seus aspectos jurídicos.
Reforma agrária e o Movimento dos Sem Terra.
Reforma agrária: aspectos constitucionais.
Reforma constitucional: vale tudo?
Reforma do Estado Brasileiro frente à concepção do Estado mínimo.
Reforma e revisão constitucional.
Relações de trabalho na nova Constituição Federal.
Responsabilidade do Estado pelo atendimento à saúde.
Restrição de Direitos Fundamentais: alcance e limites.
Revisão constitucional: seus limites.
Segurança pública e os direitos individuais.
Serviço público no contexto constitucional.
Sistema eleitoral e Direitos políticos.
Sistema partidário e cidadania.
Soberania nacional x Soberania comunitária.
Soberania popular, instrumentos da.
Soberania x Globalização: qual o futuro do Estado?
Tarefas do Estado e Direitos Humanos.
Teoria dos freios e contrapesos e o Estado Democrático de Direito.
Tutela constitucional dos direitos humanos, a.
Tutela constitucional e jurisdicional dos interesses difusos, a.
Tutela constitucional sobre a vida privada, a.

DIREITO DESPORTIVO

Comentários à Lei Pele (Lei nº 9.615/98).
Contrato de trabalho desportivo.
Desporto na Constituição Federal, o.
Desporto na ordem jurídica brasileira, o.
Direito ao Desporto, o.
Justiça Desportiva, da.
Lei do Passe e suas conseqüências.
Lei Pele (Lei nº 9.615/98): um estudo de caso.
Lei Zico (Lei nº 8.672/93): um estudo de caso.
Lei Zico (Lei nº 8.672/93) e Lei Pele (Lei nº 9.615/98): semelhanças e distinções.
Prática desportiva profissional e sua regulamentação.
Regulamentação do "passe" no Direito Brasileiro.
Relações de trabalho de Treinador Profissional de futebol.
Sistema brasileiro do Desporto.
Tribunais de Justiça Desportiva: o seu papel.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Aspectos jurídicos do menor abandonado. Busca e apreensão de menores. Colocação em família substituta, a. Convenção Internacional dos Direitos da Criança.
Criança e o Direito à Educação.
Deve o menor ser punido criminalmente?
Dever de educar por parte dos pais da criança.
Direitos fundamentais constitucionalmente reconhecidos à criança e ao adolescente.
Falhas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
Febem: uma solução ou um problema a mais?
Medidas socioeducativas: teoria, prática e jurisprudência.

Propostas de alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Proteção integral da Criança e do Adolescente.
Proteção legal da Criança e do Adolescente.
Tutela de menores.
Virtudes e defeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

DIREITO DA INFORMAÇÃO

Advocacia e informática.
Aplicação do CDC aos contratos celebrados via Internet.
Aspectos jurídicos da informática.
Crimes praticados pelo computador. Dificuldade de apuração dos fatos.
Crimes virtuais.
Informática e simplificação processual.
Informática jurídica.
Informatização e violação da privacidade.
Internet e o Direito, a.
Interrogatório via Internet: a experiência do RGN.
Limites éticos da informática, dos.
Limites e perspectivas da vida digital.
Poder Judiciário e informática.
Sujeito passivo no crime informático, o.
Transações comerciais via Internet.
Tributação dos Provedores de Serviços de Internet: ICMS ou ISS?
Tributação na Internet.
Validade, eficácia e valor probante dos documentos eletrônicos e da assinatura digital.
Valor jurídico do e-mail, o.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Aplicação das normas do CDC às operações bancárias.
Aspectos polêmicos e atuais do dano moral, à luz do CDC.
CDC e o comércio eletrônico, o.
Cláusulas abusivas nas relações de consumo.
Cláusulas abusivas no contrato de adesão.
Cláusulas abusivas no contrato de locação.
Comércio Eletrônico e a Defesa do Consumidor no Direito Brasileiro.
Competência da responsabilidade civil do fornecedor no âmbito do CDC, da.
Conceito legal de consumidor, do.
Concorrência e a defesa do consumidor, a.
Contratos de Adesão e a proteção do consumidor.
Contratos de adesão sob a visão do CDC.
Controle da prestação de serviços públicos pelo consumidor.
Crédito Bancário e o Código de Defesa do Consumidor.
Decadência e prescrição no CDC.
Defesa do consumidor na estrutura sócio-econômica.
Direito do Consumidor e seus aspectos penais.
Direito do Consumidor no Mercosul.
Direitos do consumidor.
Efeitos das privatizações nas relações de consumo, os.
Fusão nas sociedades e a proteção do consumidor, a.
Influência dos princípios do CDC no regime dos contratos.
Interrupção no fornecimento de serviços essenciais.
Inversão do ônus da prova no CDC, seus efeitos.
Juros de 12% ao ano nos contratos bancários.
Processo Civil no contexto das ações de consumo.
Proteção do consumidor no Mercosul.
Proteção do consumidor: aspectos gerais.
Publicidade abusiva, da.
Publicidade e defesa do consumidor.
Publicidade e seu regime jurídico no direito brasileiro, a.
Publicidade enganosa, da.
Relações jurídico-educacionais entre o aluno e o estabelecimento de ensino superior.
Responsabilidade civil do construtor, da.
Responsabilidade civil do fabricante, da.
Responsabilidade civil por vício do produto ou do serviço, da.
Responsabilidade penal da pessoa jurídica no Código de Defesa do Consumidor.

Responsabilidade solidária entre os prestadores de serviços turísticos.
Serviço Público e o CDC, o.
Tutela específica e assecuratória no Código de Defesa do Consumidor.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

Abandono de emprego.
Abuso do direito no Direito do Trabalho.
Ação monitoria no Direito do Trabalho.
Ação sumária de acidente do trabalho.
Acidentes do trabalho.
Adicional de insalubridade.
Alteração das condições de trabalho.
Antecipação da tutela no Direito do Trabalho.
Arbitragem como forma de solução dos conflitos individuais do trabalho.
Arbitragem: constitucionalidade e aplicação nos dissídios trabalhistas.
Assédio sexual nas relações trabalhistas.
Atividades laborais penosas, insalubres ou perigosas.
Aviso prévio cumprido em casa: análise da sua legalidade.
Aviso prévio, o.
Banco de horas: prorrogação da jornada de trabalho e compensação de horas extras.
Combate ao trabalho forçado no Brasil, do.
Comissões de conciliação prévia, das.
Comissões de conciliação prévia e Procedimento Sumaríssimo.
Comissões de conciliação prévia e conflitos individuais trabalhistas.
Competência legislativa em matéria trabalhista, como está na CF.
Continuidade do contrato de trabalho, a.
Contratação de funcionários públicos em desacordo com o art. 37, II, da CF.
Contrato de experiência.
Contrato de safra.
Contrato de Trabalho doméstico.
Contrato de Trabalho por prazo determinado com redução de encargos sociais (L. 9001/98)
Contrato de Trabalho por prazo determinado, do.
Contrato de trabalho por prazo determinado e banco de horas.
Contrato de Trabalho, do.
Contratos agrários e legislação trabalhista rural.
Convenção nº 158 da OIT: sua repercussão no direito brasileiro.
Cooperativas de mão-de-obra: avanço ou retrocesso?
Crédito trabalhista na falência, o.
Custeio dos sindicatos: seu sistema jurídico.
Dano moral na Justiça do Trabalho.
Demora na prestação jurisdicional e agravamento dos conflitos trabalhistas.
Depósito recursal na Justiça do Trabalho.
Direito ao descanso remunerado.
Direito de Greve, do.
Direito de Greve no Serviço Público, do.
Direito do Trabalho da mulher.
Direito do Trabalho e Exclusão social.
Direito do Trabalho e meio ambiente.
Direito do Trabalho no Mercosul, sob a perspectiva brasileira.
Direito Sindical.
Direito sumular trabalhista.
Direitos fundamentais e contrato de trabalho.
Direitos humanos e trabalho.
Dissídio coletivo de trabalho.
Distribuição dos lucros ao trabalhador.
Doenças profissionais.
Durkheim e a divisão do trabalho social.
Empregado e empregador, do.
Empregado, do.
Empregador rural, do.
Empregador, do.
Estabilidade de dirigente de federação.
Estabilidade em virtude de doença adquirida no trabalho.
Estabilidade no emprego.
Estabilidade provisória da empregada gestante e o trabalho doméstico.

Estabilidade provisória do empregado acidentado.
Evolução da competência da Justiça do Trabalho no Brasil, a.
Execução de Contribuição Previdenciária na Justiça do Trabalho.
Execução trabalhista e efetividade.
Execução trabalhista na falência.
Execução trabalhista: aspectos polêmicos.
Execução, Contestação e Reconvenção no Processo Trabalhista.
Extinção do contrato de trabalho.
Férias, das.
Flexibilização das condições de trabalho.
Flexibilização das normas trabalhistas é mecanismo de acesso à Justiça?
Flexibilização do contrato de trabalho.
Fontes do Direito do Trabalho.
Formação do Contrato de Trabalho.
Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço, do.
Globalização e trabalho.
Gratificação de função, da.
Horas extras, das.
Impactos da Internet nos contratos de trabalho.
Indisciplina e insubordinação: caracterização.
Indústria da insalubridade, a.
Intervenção do Estado nos conflitos coletivos de trabalho, da.
Inversão do ônus da prova no Direito do Trabalho, da.
Irredutibilidade salarial.
Juízo arbitral no Direito do Trabalho.
Jus Postulandi e o Direito do Trabalho.
Jus Postulandi e os honorários de advogado na Justiça do Trabalho.
Justa causa.
Justiça do Trabalho: extinção ou manutenção?
Justiça do Trabalho: qual o seu futuro?
Legitimidade ativa dos sindicatos.
Legitimidade ativa dos sindicatos para as ações coletivas.
Liberdade sindical na CF de 1988 e a Convenção nº 87, da OIT.
Lei aplicável ao contrato de trabalho internacional, da.
LER - Lesão por esforços repetitivo no Direito do Trabalho, a.
Liquidação e execução de sentença. Controvérsias no processo de trabalho.
Litisconsórcio, Assistência e Intervenção no processo do trabalho.
Mandado de Segurança no Direito do Trabalho, do.
Mediação e arbitragem: solução extrajudicial dos conflitos do trabalho.
Meio ambiente do trabalho. Defesa pelo Ministério Público.
Menor e o trabalho, o.
Microempresa, Cooperativa e Terceirização: questões polêmicas.
Ministério Público perante a Justiça do Trabalho.
Monopólio estatal da jurisdição e a solução extrajudicial dos conflitos individuais, o.
Movimento sindical e luta de classes.
Mulher e o Direito do Trabalho, a.
Natureza jurídica da convenção coletiva.
Negociação coletiva e contrato individual de trabalho.
Nulidade do Contrato de Trabalho.
Obrigações trabalhistas e dissídios coletivos de trabalho.
OIT e o Direito do Trabalho no Brasil, a.
Papel do sindicato num mundo globalizado, o.
Papel dos Sindicatos, o.
Paridade e não discriminação entre homens e mulheres.
Participação dos empregados no lucro das empresas.
Poder disciplinar do empregador.
Poder normativo na Justiça do Trabalho.
Por uma execução trabalhista mais eficaz.
Por que as empregadas domésticas gestantes não possuem estabilidade?
Prescrição no Direito do Trabalho, a.
Princípios Constitucionais de Direito do Trabalho.
Processo cautelar no Direito do Trabalho.
Prorrogação da jornada de trabalho e compensação de horas extras.
Prorrogação da jornada de trabalho.
Proteção ao trabalhador portador de deficiência.

Proteção da microempresa e tutela do trabalhador.
Proteção do salário.
Proteção do trabalho do menor, da.
Proteção legal ao empregado doméstico no Brasil.
Prova do contrato de trabalho, da.
Prova no Direito do Trabalho, da.
Rescisão do contrato de trabalho.
Reconvenção na Justiça do Trabalho.
Recursos no Direito do Trabalho.
Recursos trabalhistas de natureza extraordinária.
Relações de trabalho no campo.
Relações de trabalho rural e previdência social rural.
Relações especiais de trabalho.
Relações trabalhistas.
Remuneração do trabalho, da.
Renúncia no Direito do Trabalho, da.
Repouso semanal remunerado.
Representação em juízo do empregado pelo Sindicato.
Representatividade sindical no atual Direito do Trabalho brasileiro.
Rescisão do contrato de trabalho.
Responsabilidade solidária dos sócios pelas dívidas trabalhistas da sociedade.
Responsabilidade solidária e subsidiária no Direito do Trabalho.
Salário mínimo, o.
Salário profissional, o.
Simplificação da Justiça do Trabalho.
Sindicato e democracia.
Sindicato e representação profissional.
Sindicato, desenvolvimento econômico e direitos sociais.
Sindicatos e os interesses difusos, os.
Solução extrajudicial dos conflitos individuais, a.
Suspensão do contrato de trabalho.
Terceirização do Trabalho, a.
Terceirização na Indústria da Construção Civil.
Terceirização, Desemprego e o Direito do Trabalho.
Termo de Ajuste de conduta na Direito do Trabalho.
Trabalhador e o Acesso à Justiça, o.
Trabalhador e o Direito à Saúde, o.
Trabalho da Mulher na agricultura, do.
Trabalho da Mulher, do.
Trabalho do adolescente: proteção e profissionalização.
Trabalho do deficiente.
Trabalho doméstico, do.
Trabalho escravo.
Trabalho infantil. Vínculo empregatício. Limites.
Trabalho infantil no Brasil.
Trabalho infantil no Rio Grande do Norte.
Trabalho informal: causas e conseqüências.
Trabalho temporário, do.
Transação no Direito do Trabalho, da.
Tutela antecipada na Justiça do Trabalho: peculiaridades.
Tutela coletiva.
Tutela dos princípios constitucionais no processo do trabalho, a.

DIREITO ELEITORAL

Abuso do poder econômico.
Ação de Impugnação de Mandado.
Ação rescisória eleitoral.
Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais.
Atuação do Ministério Público perante a Justiça Eleitoral.
Comentários ao Art. 41-A, da Lei Eleitoral.
Competência do TRE.
Competência do TSE.
Compra de votos, da.
Considerações em torno da Justiça Eleitoral.
Convenções partidárias.

Corrupção eleitoral.
Crimes Eleitorais.
Diplomação dos Eleitos.
Direito de Resposta em Matéria Eleitoral.
Eleitor, do.
Escolha dos candidatos nas convenções partidárias.
Fidelidade Partidária.
Fraudes eleitorais.
Impugnação de votos.
Inelegibilidades na Constituição Federal, das.
Investigação judicial eleitoral, da.
Liberdade de expressão e sua limitação pela legislação eleitoral, a.
Mandato eletivo.
Papel do Tribunal Regional Eleitoral.
Partidos políticos e o seu papel para o exercício da democracia, os.
Pesquisa eleitoral.
Pluralismo político.
Prazos no Direito Eleitoral.
Preclusão no Direito Eleitoral.
Prestação de contas dos órgãos de direção partidária.
Propaganda eleitoral gratuita: uma análise.
Propaganda eleitoral ilícita e seus efeitos.
Propaganda eleitoral: sua regulamentação.
Propostas para reforma da legislação eleitoral.
Reeleição dos titulares do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal.
Registro de Partido.
Registro dos Candidatos.

DIREITO FINANCEIRO

Aspectos Criminais da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Aspectos polêmicos da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Atividade financeira do Estado do Bem Estar Social, a.
Atividade financeira do Estado Liberal, a. Atividade financeira do Estado, a.
Banco Central do Brasil: seu papel, sua importância.
Banco Central e Regulamentação bancária.
Comissão de Valores Mobiliários: qual o seu papel?
Controladoria de Contas do Estado do RGN, a.
Controle e fiscalização da execução orçamentária, do.
Controle social dos orçamentos públicos.
Crédito Público, o.
Democracia e Lei de Responsabilidade Fiscal.
Despesa pública e sua influência na economia, a.
Despesa pública, a.
Deve haver um limite para o endividamento público?
Dívida pública: uma análise.
Empenho da despesa pública, do.
Estado e exclusão social.
Estado Neoliberal e o Direito Financeiro, o.
Evolução histórica do Direito Financeiro, a.
Execução do Orçamento Público, da.
Fundo Constitucional de Desenvolvimento Regional.
Fundo de Participação dos Estados.
Fundo de Participação dos Municípios.
Gestão patrimonial, da.
Intervenção estatal no sistema financeiro, da.
Investimentos Públicos.
Lei de Diretrizes Orçamentárias, a.
Lei de Responsabilidade Fiscal: acertos e controvérsias.
Lei de Responsabilidade Fiscal e o administrador público.
Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise.
Lei de Responsabilidade Fiscal: prós e contras.
Lei de Responsabilidade Fiscal: sua aplicação.
Limites ao poder de emendas ao projeto de lei orçamentária.
Liquidação extrajudicial de instituições financeiras pelo Banco Central.
Município e o Direito Financeiro, o.

Natureza Jurídica do Orçamento Público, da.
Orçamento participativo.
Orçamento Público diante da Lei de Responsabilidade Fiscal, o.
Orçamento Público e Desenvolvimento Econômico.
Orçamento Público no Direito Brasileiro, do.
Papel dos Tribunais de Contas, o.
Papel moeda e dinheiro eletrônico.
Papel moeda, do.
Plano plurianual.
Possibilidade de emendas ao projeto de lei orçamentária, da.
Prestação de contas do administrador público.
Princípio da estrita legalidade no Direito Financeiro.
Princípio da exclusividade em matéria orçamentária.
Princípio da proibição de estorno.
Receita Pública: conceito e conseqüências.
Repartição da Receita Pública Tributária, da.
Sistema Financeiro Nacional.
Títulos da dívida pública.
Tribunais de Contas e Administração Pública.
Tribunais de Contas e Ministério Público.
Tribunais de Contas e Poder Judiciário.
Tribunais de Contas e Poder Legislativo.
Tribunal de Contas: uma análise histórico-jurídica da sua atuação.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E PÚBLICO DIREITO COMUNITÁRIO

Aplicabilidade da ordem jurídica comunitária, da.
Arbitragem internacional.
Avaliação do impacto jurídico das integrações regionais.
Conflito entre tratado internacional e norma de direito interno.
Convenção da ONU sobre o Direito do Mar, a.
Corte Interamericana de Direitos Humanos, a.
Cortes de Justiça supranacionais, das.
Decisões de Cortes Supranacionais e sua aplicação ao direito interno.
Desafios do Direito Comunitário.
Direito Comunitário.
Direito das Comunidades Européias e Direito Internacional Público.
Direitos Humanos no Direito Comunitário.
Discriminação racial e Direito Internacional.
Harmonização do Direito nos países do Mercosul.
Institucionalização jurídica do Mercosul, a.
Liberdades fundamentais no Direito Comunitário.
Mercosul e a União Européia, o.
Mercosul e arbitragem comercial internacional.
Mercosul e integração latino-americana.
Mercosul e suas conseqüências jurídicas.
Mercosul e tributação.
Mercosul: direitos humanos, globalização e soberania.
Nacionalidade das sociedades em D. Internacional Privado e em D. Internacional Público.
Novo papel da diplomacia e as relações internacionais.
ONGs e o sistema mundial de proteção aos direitos humanos, as.
ONU e o Direito ao Desenvolvimento, a.
Organização das Nações Unidas e o Direito Internacional, a.
Organizações Internacionais.
Pacto de São José da Costa Rica e a proibição da prisão do depositário infiel, o.
Papel do Tribunal de Justiça Europeu, o.
Proteção Supranacional dos Direitos Humanos.
Regime Internacional de serviços jurídicos.
Relação entre Direito Internacional e Direito Interno, a.
Relações comerciais globalizadas e o novo papel do Estado.
Responsabilidade fiscal e suas conseqüências para os processos de integração de países.
Sistemas de solução de controvérsias no MERCOSUL.
Soberania do Estado e as novas tendências do Direito Internacional.
Soberania e Globalização.
Teoria Geral do Estado Comunitário.
Tratado da União Européia, o.

Tratados internacionais de Direitos Humanos e sua incorporação ao Direito brasileiro.
Tratados internacionais e sua recepção pelo Direito Brasileiro.
Tribunal Internacional dos Direitos Humanos, o.
União Européia, a.

DIREITO MUNICIPAL

Autonomia Municipal na Constituição Brasileira.
Autonomia Municipal: limites.
Câmara Municipal: direitos, competências e deveres.
Código de Posturas.
Competência e Autonomia dos Municípios na Nova Constituição.
Competência legislativa municipal.
Controle de constitucionalidade de lei municipal, do.
Controle do solo urbano.
Criação de um município, da.
Direito Urbano.
Formação dos Municípios.
Intervenção nos Municípios.
Julgamento das Contas dos Prefeitos pela Câmara Municipal, do.
Lei de Responsabilidade Fiscal e as Prefeituras.
Lei Orgânica do Município, da.
Município, Cidadania e Democracia.
Município e a licença para construir, o.
Município e a ocupação do solo urbano, o.
Município e o meio ambiente, o.
Município e o poder de polícia, o.
Município e o Tribunal de Contas, o.
Município e os tributos, o.
Município na Constituição Brasileira.
Ordem municipal de demolição de obras ilegais, a.
Participação popular na elaboração do orçamento municipal, a.
Plano Diretor Municipal e o meio ambiente.
Por que não um Judiciário Municipal?
Prefeito e sua competência, o.
Prestação de contas dos Prefeitos.
Suspensão do repasse de verbas federais ao Município, da.
Vereador e a formação do Direito Municipal, o.

DIREITO PENAL PROCESSO PENAL e CRIMINOLOGIA

Aborto, do.
Ação penal cautelar.
Ação penal falimentar,
Ação penal pública.
Adolescente infrator e os Direitos Humanos, o.
Adolescente Infrator, do.
Alucinógenos e suas conseqüências penais.
Aplicação da Pena.
Arrependimento Posterior (Lei nº 7.209/84, art. 16).
Aspectos penais da embriaguez.
Aspectos processuais da execução da pena.
Cárcere privado.
Causas de exclusão da criminalidade à luz da Lei nº 9.986/2000.
Circunstâncias atenuantes e agravantes da pena.
Cláusula penal e indenização.
Co-autoria criminal, da.
Colaboração premiada no Direito Penal, da.
Combate ao racismo pela via criminal e pela via não criminal.
Combate aos crimes de racismo: eficácia ou ineficácia da Lei nº 7.716/89.
Competência penal.
Consenso no Processo Penal no Juizado Especial.
Confissão espontânea como atenuante criminal, da.
Confissão feita na fase policial: uma análise da sua validade e da sua credibilidade.
Confissão no Direito Penal, da.
Contrabando e descaminho.
Contravenções penais, das.

Controle da Criminalidade e da Segurança Pública na Constituição.
Crime continuado.
Crime de adultério.
Crime de tortura.
Crime de violação de segredo profissional.
Crime do "colarinho branco".
Crime impossível, do.
Crimes contra a administração.
Crimes contra a família: o abandono material e moral.
Crimes contra a honra.
Crimes contra a ordem tributária.
Crimes contra a pessoa.
Crimes contra a seguridade social.
Crimes contra as relações de consumo (Lei nº 8.078/90 e 8.137/90)
Crimes contra o meio ambiente.
Crimes contra a Previdência Social.
Crimes contra o patrimônio.
Crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei nº 7.492/86)
Crimes contra os costumes.
Crimes de corrupção.
Crimes de lavagem de dinheiro.
Crimes de responsabilidade cometidos por Prefeitos (DL 201/67): questões processuais.
Crimes de trânsito.
Crimes em espécie.
Crimes hediondos.
Crimes hediondos e execução penal.
Crimes passionais.
Crimes sexuais.
Crimes societários.
Crimes tributários.
Criminalidade violenta: causas e soluções.
Criminologia.
Crise do Sistema Penal.
Crise do Sistema Penitenciário Brasileiro.
Culpa e dolo no Direito Penal.
Defesa dativa.
Desafio de aplicar a pena, o.
Delitos de trânsito.
Delitos ecológicos.
Detenção e reclusão.
Dificuldade na repressão dos crimes por computador, a.
Direito à honra e sua tutela penal.
Direito ao Silêncio, o.
Direito de recorrer em liberdade.
Direito Penal e Política Criminal no Estado Democrático de Direito.
Direito Penal e violência social.
Direito Penal na Constituição Federal.
Direito Penal no Estado Democrático de Direito.
Direitos Humanos do preso.
Direitos Humanos e sistema penitenciário.
Discriminação racial e via criminal.
Dolo eventual ou Culpa Consciente nos delitos de trânsito.
Dosimetria da pena.
Duração do estado puerperal no crime de infanticídio, a.
Efetividade das leis anti-racistas em matéria Criminal.
Embriaguez como questão penal.
Estado de necessidade.
Estado puerperal e criminalidade, do.
Estelionato, do crime de.
Estrito cumprimento do dever legal.
Estupro e do atentado violento ao pudor, do.
Estupro, do.
Eutanásia no Direito Penal brasileiro.
Exame criminológico.
Exame do mérito nas ações penais prescritas.

Excesso em legítima defesa.
Execução penal, da.
Execução penal e o sistema acusatório, a.
Execução provisória da pena, a.
Excludentes de criminalidade.
Exploração sexual infanto-juvenil face à legislação brasileira.
Falso Testemunho no Processo.
Formas alternativas de pena criminal.
Formas de Proteção às Testemunhas.
Formas de Proteção da Vítima.
Fundamentos da pena.
Furto e do Roubo, do.
Garantias constitucionais no inquérito policial.
Garantias fundamentais no Processo Penal Brasileiro.
Garantias processuais nos recursos criminais.
Habeas corpus, do.
Homicídio culposo e homicídio doloso.
Homicídio e lesão corporal culposos.
Homicídio qualificado.
Humanização da pena.
Identificação criminal, da.
Imputação objetiva no Direito Penal.
Indulto penal.
Inquérito Policial, do.
Investigação criminal comandada pelo Ministério Público, a.
Juizado Especial Criminal: aspectos controvertidos.
Juizado especial Criminal: uma análise.
Juizados Especiais Criminais.
Júri Popular.
Jurisprudência retroativa em benefício de réu.
Justa causa no Processo Penal.
Justiça Penal e os Direitos Fundamentais, a.
Lavagem de dinheiro e suas implicações penais.
Legítima defesa.
Lei das Contravenções penais: comentários.
Lei de Assédio Sexual.
Lesões corporais.
Lesões corporais graves e gravíssimas na jurisprudência brasileira.
Liberdade provisória.
Limites éticos do uso da informática.
Medicina legal e a genética no Direito Penal.
Ministério Público no processo penal, do.
Natureza jurídica do inquérito policial.
Novas tendências penais: imputação objetiva.
Nulidades insanáveis no Processo Penal.
Nulidades no Direito Processual Penal.
Oralidade no Processo Penal Brasileiro.
Pena capital e o direito à vida.
Pena de Morte.
Pena de prestação de serviços à comunidade.
Penas alternativas: a punição em mudança.
Penas alternativas: sua validade.
Penas alternativas: uma solução ou um problema a mais?
Penas restritivas de direitos.
Penas restritivas de liberdade.
Perícia grafoscópica.
Pessoa Jurídica no Processo Penal, a.
Possibilidade de imputação penal à pessoa jurídica nos delitos económicos.
Prescrição penal, da.
Princípio constitucional da individualização da pena.
Princípio da identidade física do Juiz e o Processo Penal.
Princípio da não culpabilidade no Direito Processual Penal contemporâneo.
Princípio do Non Reformatio in Pejus: sua aplicação no Direito Processual Penal.
Prisão albergue.
Prisão ilegal e responsabilidade civil do Estado.

Prisão e liberdade provisória.
Prisão em flagrante, da.
Prisão preventiva no Direito Penal brasileiro.
Prisão preventiva, limites da.
Prisões provisórias.
Procedimento do Júri.
Processo penal como instrumento de humanização social.
Processo penal e a verdade material, o.
Processo penal em face da Constituição, o.
Programa de proteção à testemunha no Brasil.
Proteção da boa fé, a.
Proteção penal do cheque.
Proteção penal do consumidor.
Proteção penal do meio ambiente.
Prova em matéria criminal, da.
Prova no processo penal, da.
Recursos em matéria criminal.
Reforma do processo penal.
Regimes prisionais.
Relação processual penal, da.
Responsabilidade penal da pessoa jurídica.
Responsabilidade penal nas lesões decorrentes da prática desportiva.
Responsabilidade penal por erro médico.
Revisão criminal, da.
Revisão criminal no Direito Brasileiro.
Roubo, do.
Seqüestro.
Sistema Constitucional de proteção ao silêncio.
Sistema de prisão e liberdade no Processo Penal, o.
Sistema Penal frente ao século XXI.
Sistema prisional brasileiro e os tratados internacionais sobre o assunto, o.
Suspensão condicional da pena, da.
Suspensão do processo e da prescrição penal.
Tentativa de homicídio, da.
Tentativa e dolo eventual.
Teoria da imputação objetiva no Direito Penal.
Teoria do concurso em Direito Penal.
Teoria do Delito e Política Criminal, a.
Terrorismo: processo e julgamento no âmbito do Direito Processual Brasileiro.
Tortura e prova no Processo Penal.
Tráfico de entorpecentes.
Tráfico internacional de crianças.
Tráfico internacional de mulheres.
Transação penal e o devido processo legal, a.
Transação penal e sua aplicação no Juizado Especial Criminal.
Transação penal.
Tribunal do Júri: deve-se manter ou extinguir?
Tribunal do Júri: instrumento de democracia?
Tribunal do Júri: procedimentos e aspectos do julgamento.
Tutela de urgência no novo Processo Penal Brasileiro.
Tutela penal da intimidade.
Tutela penal dos interesses difusos.
Uso e porte de armas.
Violência contra as mulheres.
Violência familiar.
Violência urbana: a perspectiva jurídica.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Ação acidentária.
Aposentadoria do trabalhador rural.
Aposentadoria do rurícola.
Aposentadoria especial.
Aposentadoria por invalidez.
Aposentadoria por tempo de serviço.
Base de cálculo do benefício previdenciário.

Contratos de seguro privado: sua natureza jurídica.
Contribuição previdenciária: conceito, natureza jurídica e sujeitos passivos.
Correção dos benefícios.
Custeio da Previdência Social.
Dependentes: conceito, classificação e perda da dependência.
Direito à Assistência Social, do.
Empregador doméstico e a previdência social, o.
Execução fiscal de débitos previdenciários.
Entidades fechadas de Previdência Privada.
Entidades de Previdência Privada e a Emenda Constitucional nº 20/98.
Entidades de Previdência Privada no Brasil.
Fraudes contra a Seguridade Social.
Fundamentos e princípios constitucionais da Seguridade Social.
Lei Orgânica da Previdência Social.
Papel da previdência complementar, o.
Prescrição e decadência do crédito previdenciário.
Prestações para a Previdência Social: hipóteses de incidência.
Previdência aberta e fechada.
Previdência privada.
Previdência social como fator de inclusão social à luz da EC nº 20/98.
Previdência social dos servidores públicos.
Previdência social Estadual.
Princípios da Seguridade Social.
Revisão judicial das aposentadorias.
Salário maternidade, do.
Segurados: conceito, classificação, inscrição e perda da qualidade de segurado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Abuso do direito de defesa e manifesto propósito protelatório.
Abuso do direito de defesa, do.
Ação Cautelar Inominada.
Ação de alimentos, da.
Ação de Busca e Apreensão decorrente de alienação fiduciária em garantia.
Ação de Busca e Apreensão, da.
Ação de Despejo, da.
Ação de Imissão de posse.
Ação de Reintegração de posse.
Ação Declaratória incidental.
Ação Declaratória.
Ação inibitória: ação preventiva nos moldes do art. 461, do CPC, e art. 84, do CDC.
Ação Monitoria.
Ação ordinária para alimentos retroativos.
Ação Rescisória.
Aceleração dos procedimentos.
Acesso à Justiça e o Juizado Especial como alternativa, o.
Acesso da família carente à Justiça, o.
Ações cautelares e o Direito de Família.
Ações coletivas.
Ações possessórias.
Acumulação de pedidos e o art. 95, do CPC.
Aditamento do pedido, do.
Adjudicação compulsória.
Admissibilidade e mérito na execução.
Agravo de Instrumento: um estudo.
Alimentos e investigação de paternidade.
Ampliação das hipóteses de ações coletivas.
Antecipação da tutela e agilização da Justiça.
Antecipação de tutela e Medidas Cautelares: um estudo comparativo.
Antecipação da tutela na preservação do direito subjetivo material.
Antecipação da tutela: quando é possível.
Arbitragem: da ampliação do seu uso.
Arguição de Relevância, da.
Arresto cautelar, do.
Aspectos processuais da Separação Litigiosa e do Divórcio.
Aspectos processuais dos Alimentos na União Estável.

Assistência litisconsorcial no direito processual civil.
Assistente técnico: impedimento e suspeição.
Ato atentatório à dignidade da Justiça.
Audiência de instrução e julgamento, da.
Boa fé no processo civil, a.
Busca e apreensão de bens.
Carta precatória.
Carta rogatória.
Causa petendi nas ações de separação judicial.
Causa petendi no processo civil, a.
Chamamento ao processo.
Citação no Direito Processual, da.
Citações e Intimações.
Cobrança executiva e ações concorrentes.
Coisa julgada e litispendência nas ações coletivas.
Coisa julgada, da.
Coisa julgada: limites objetivos.
Competência e dos atos processuais, da.
Competência em razão do local, da.
Competência material, da.
Competência nos Juizados Especiais Cíveis, da.
Competência recursal do STJ e do STF.
Conciliação e Juízo Arbitral.
Conciliação e saneamento do processo: o art. 331 do CPC.
Conciliação no atual direito processual: uma análise.
Concurso de pessoas.
Condições da ação.
Condições da tutela antecipada.
Consignação em pagamento.
Contestação, da.
Convencimento fundado e antecipação de tutela.
Decisões judiciais e o efeito vinculante, das.
Defesa no processo civil, a.
Denúnciação da lide, da.
Desistência da ação e suas conseqüências.
Despacho judicial, do.
Despacho saneador, do.
Dever de fundamentar as decisões judiciais, o.
Devido processo legal: sua garantia constitucional.
Dissídio jurisprudencial.
DNA e a investigação de paternidade.
Duplo grau de jurisdição no direito processual civil.
Efeitos da coisa julgada nas ações coletivas.
Efeito vinculante dos precedentes jurisprudenciais e sua aplicabilidade, o.
Efetividade da coisa julgada.
Efetividade processual, a.
Eficácia e autoridade da sentença.
Embargos de declaração, dos.
Embargos de divergência.
Embargos de retenção por benfeitorias.
Embargos de terceiros.
Embargos do devedor.
Embargos protelatórios: reiteração e penalidade.
Estado em Juízo e a lide temerária, o.
Estímulo ao cumprimento espontâneo das decisões judiciais
Exceção de pré-executividade.
Exceções substanciais no processo de conhecimento.
Excesso do pedido de execução.
Excludentes de ilicitude civil.
Execução Civil.
Execução contra a Fazenda Pública.
Execução da sentença e a garantia do devido processo legal, a.
Execução de título executivo extrajudicial estrangeiro, a.
Execução forçada e sua evolução.
Execução para entrega de coisa certa.

Execução por título judicial e extrajudicial.
Extinção do processo, da.
Fazenda Pública em Juízo, da.
Fazenda Pública em Juízo: privilégios ou defesa da sociedade?
Formação do Processo, da.
Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo, da.
Fumus Boni Jûris e o Pericu/um /n Mora, suas conseqüências processuais.
Fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
Garantia constitucional do contraditório, da.
Garantia das partes em Juízo.
Guarda e a tutela no Direito Brasileiro, a.
Honorários do perito e despesas periciais.
Identidade física do Juiz (Lei nº 83637/93).
Impedimento e da Suspeição do Magistrado, do.
Inadmissibilidade do recurso, da.
Inadmissibilidade dos recursos extraordinário e especial.
Incidente de uniformização de jurisprudência.
Indeferimento de petição inicial, do.
Inimputabilidade na Constituição Brasileira de 1988, da.
Insolvência civil, da.
Instrução e julgamento, da.
Interesse de agir, do.
Intervenção de terceiros, da.
Inventários e arrolamentos.
Inventários e partilhas na sucessão legítima e testamentária.
Investigação de paternidade.
Juiz e seu poder de decisão: limites, o.
Juiz, dos Conciliadores e dos Juizes Leigos nos Juizados Especiais, do.
Juizados Especiais Cíveis e Criminais.
Juizados Especiais de Família.
Juizados Especiais Federais.
Juízo de deliberação e verossimilhança.
Juízo de retratação.
Julgamento antecipado da lide, do.
Julgamento monocrático pelo relator.
Jurisdição, da.
Justiça de Paz.
Lealdade processual: dever de ambas as partes.
Legitimidade de parte, da.
Legitimidade para agir no Direito Processo Brasileiro.
Lide temerária, da.
Limitação e exclusão de litisconsórcio, da.
Liquidação da sentença.
Litigância de má-fé, da.
Litisconsórcio, do.
Litispendência, da.
Mandato e representação processual.
Mecanismos extrajudiciais de mediação e solução de conflitos.
Mediação em Juízo.
Medida cautelar no Tribunal: procedimento
Medida cautelar, Mandado de Segurança e ato judicial.
Medidas cautelares satisfativas.
Mérito da causa, do.
Métodos de pacificação dos conflitos.
Ministério Público no processo civil, do.
Modernas formas de pacificação dos conflitos.
Natureza Jurídica da Medida Liminar.
Nulidades da sentença, das.
Nulidades insanáveis no Processo Civil.
Nulidades processuais, das.
Ônus da prova no direito processual brasileiro, o.
Perigo de irreversibilidade da tutela antecipatória.
Petição inicial, da.
Pluralidade das partes na fase dos recursos em processo civil.
Pluralidade das partes.

Poder geral de cautela do Juiz, do.
Possibilidade jurídica do pedido, da.
Prazo recursal, do.
Prazos processuais, dos.
Preclusão, da.
Preliminares no processo, das.
Prescrição alegada na execução, da.
Prescrição e decadência.
Prescrição: quando se interrompe.
Pressuposto negativo de tutela antecipada.
Pressupostos da medida liminar.
Pressupostos processuais e condições da ação no processo cautelar.
Pressupostos processuais e condições da ação.
Pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa.
Princípios do processo civil na Constituição Federal.
Problemas na liquidação de sentença.
Procedimento sumaríssimo, do.
Procedimentos e competência dos juizados especiais.
Procedimentos especiais.
Processo cautelar e tutela de urgência.
Processo cautelar, do.
Processo Civil na perspectiva dos Direitos Fundamentais, o.
Processo de conhecimento, do.
Processo de Execução cautelar, do.
Processo de Execução, do.
Prova cível, da.
Prova ilícita, da.
Prova inequívoca, da. Prova pericial, da.
Prova relevante e prova inequívoca.
Prova, da.
Provas ilícitas e provas ilegítimas.
Provimento liminar: sua natureza jurídica.
Reconvenção, da.
Recurso Adesivo: procedimento.
Recurso de agravo - teoria e prática.
Recurso Especial, do.
Recurso Extraordinário, do.
Recursos no Direito Processual Civil, dos.
Reforma do processo cautelar.
Reforma do processo de conhecimento cível.
Reforma do processo de execução.
Renúncia ao mandato, da.
Responsabilidade patrimonial do devedor.
Resposta do réu, da.
Revelia no direito processual brasileiro, da.
Revogação da sentença, da.
Revogação do procedimento antecipado.
Sentença Cível, da.
Sentença e da Coisa Julgada, da.
Substituição processual.
Súmula vinculante: prós e contras.
Supremo Tribunal Federal e a vinculação de suas decisões, o.
Suspensão do Processo, da.
Sustentação oral perante os Tribunais, da.
Técnicas de agilização da Justiça.
Teoria da desconsideração da personalidade jurídica, a.
Tutela antecipatória.
Tutela cautelar e tutela antecipada.
Tutela específica no processo de execução.
Tutela judicial dos novos direitos.
Tutela mandamental-inibitória contra os atos do Poder Público.
Tutela inibitória.
Tutela Jurisdicional das liberdades.
Unificação dos processos: condenatório, liquidatório, executório.
Universalidade da jurisdição.

União Estável no Sistema Jurídico Brasileiro.
Verdade e verossimilhança no processo civil.

DIREITO ROMANO

Direito de Família em Roma.
Direito Romano das Obrigações.
Direito Romano e sua influência no Direito Brasileiro, do.
Divisão dos Poderes no Direito Romano.
Estado Romano, o.
Formas de Governo em Roma.
História do Direito Romano.
Importância do estudo do Direito Romano nos cursos jurídicos.
Institutos jurídicos de origem romana.
Lei das Doze Taboas.
Lex Aquilia e a responsabilidade civil.
Nacionalidade e Cidadania no Direito Romano.
Pax Romana através do Direito.
Poder do Senado Romano, o.
Posse e da Propriedade no Direito Romano, da.
Roma e os tributos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Ação Anulatória de Débito Fiscal.
Ação Cautelar em matéria tributária.
Ação Cautelar Fiscal.
Ação de Consignação em Pagamento, em matéria tributária.
Ação de Execução Fiscal.
Ação de Repetição do Indébito Tributário.
Ação Declaratória Tributária.
Administração Tributária.
Aplicação da Taxa Selic aos tributos em atraso, da.
Aquisição de fundo comercial: suas implicações tributárias.
Capacidade civil e capacidade tributária.
Certidão da Dívida Ativa: o que é e para que serve.
Certidão negativa de débitos fiscais: inexigibilidade, infrações e garantias.
Cidadania, tributação e segurança pública.
Código de Defesa do Contribuinte, o.
COFINS e as sociedades prestadoras de serviço uniprofissional a.
Coisa julgada no processo administrativo tributário, da.
Combate à sonegação, o.
Comentários à COFINS.
Comentários à Lei nº 8.137/90 (dos crimes contra a ordem tributária).
Compensação de créditos tributários, da.
Competência constitucional de tributar, da.
Competência residual em matéria tributária.
Competência territorial para o recolhimento do ISS.
Conselhos de Contribuintes, dos.
Consignação em pagamento em matéria tributária.
Consulta fiscal como garantia da certeza do direito, a.
Constitucionalidade da inscrição do contribuinte em atraso no Cadin, da.
Constituição do crédito tributário.
Contencioso Administrativo Tributário, o.
Contribuição de Melhoria e necessidade de valorização do imóvel.
Contribuição de Melhoria, da.
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF, da.
Contribuições sociais, das.
Controle Jurisdicional dos atos tributários, o.
Convenções particulares e o Direito Tributário, as.
Crédito Tributário e Lançamento.
Crédito Tributário: suspensão, extinção e exclusão.
Crime de sonegação fiscal, do.
Crimes contra a ordem tributária, dos.
Crimes essencialmente tributários, dos.
Criminalização dos ilícitos tributários no Brasil como forma de intimidar o contribuinte.
Dação em pagamento como forma de extinção do crédito tributário.

Decadência e prescrição em matéria tributária.
Denúncia espontânea: o que é e para que serve.
Depósito recursal no Contencioso Administrativo tributário: algumas considerações.
Devido Processo Legal e o Direito Tributário.
Direito Constitucional Tributário.
Direito Tributário, Medidas Provisórias e a Emenda Constitucional nº 32/2001.
Direito Tributário: origens, conceito e natureza jurídica.
Distribuição das receitas tributárias.
Dívida ativa tributária.
Domicílio tributário: algumas considerações.
Embargos à execução fiscal, dos.
Empréstimo Compulsório, do.
Estado e a redistribuição das rendas pelos tributos, o.
Evasão e elisão fiscal.
Evolução do princípio da anterioridade no Direito Tributário brasileiro.
Exceção de pré-executividade em matéria tributária.
Exclusão do Crédito Tributário.
Extinção da punibilidade nos crimes contra a ordem tributária.
Extinção das Obrigações Tributárias.
Extrafiscalidade dos tributos e preservação ambiental.
Extrafiscalidade tributária, a.
Fato Gerador da obrigação tributária, o.
Fato gerador do tributo e venda de bens e serviços via Internet.
Fiscalização do comércio eletrônico.
Fiscalização do cumprimento da legislação tributária.
Fontes do Direito Tributário.
Funções da Lei Complementar em matéria tributária.
Funções dos tributos, as.
Função social do tributo, da.
Ganhos de capital na venda de imóveis e o imposto de renda.
Garantias, Privilégios e Preferências do crédito tributário.
Guerra fiscal e suas conseqüências para os Estados e para os Municípios, a.
Hermenêutica Jurídica e Hermenêutica Tributária: semelhanças e peculiaridades.
Hermenêutica tributária, da.
Hipótese de incidência tributária.
ICMS e a Lei Complementar nº 102.
ICMS Ecológico.
ICMS na importação.
Ilícito tributário: conceito e espécies.
Imposto ambiental, considerações sobre o.
Imposto de renda das empresas.
Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços.
Imposto sobre a exportação de produtos nacionais para o estrangeiro.
Imposto sobre a importação de produtos estrangeiros.
Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
Imposto sobre a propriedade territorial rural.
Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
Imposto sobre a renda e os princípios da capacidade contributiva e da progressividade.
Imposto sobre a transmissão de bens e doações.
Imposto sobre grandes fortunas.
Imposto sobre produtos industrializados.
Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
Imposto, do.
Impostos da competência estadual.
Impostos da competência federal.
Impostos da competência municipal.
Impugnação ao lançamento tributário, da.
Imunidade do petróleo nas operações interestaduais, a.
Imunidades tributárias no Direito Brasileiro.
Incentivos fiscais e benefícios financeiros: a Guerra Fiscal entre os Estados.
Incentivos Fiscais.
Incentivos fiscais e subvenções na Constituição Federal de 1988.
Infrações e Sanções tributárias.
Inovações em matéria tributária trazidas com a Lei Complementar nº 104/2001.

Inscrição do contribuinte devedor no CADIN: constitucionalidade?
Instrumentos fiscais para o desenvolvimento econômico.
Integração da legislação tributária, da.
Interpretação das leis tributárias, da.
Inversão do ônus da prova no Direito Tributário, da.
IPTU e a progressividade das alíquotas, o.
Isenção e Anistia em matéria tributária.
Isenções de tributos estaduais e municipais em tratados internacionais.
ISS e a competência territorial para seu recolhimento, o.
Justiça Fiscal: questão de cidadania.
Lançamento Tributário, do.
Lançamento Tributário: o problema da sua natureza jurídica.
Justiça social e tributação no Estado brasileiro.
Legislação Tributária: vigência, aplicação, interpretação e integração.
Lei Complementar Tributária.
Limites à tributação por arbitramento.
Limites constitucionais ao poder de tributar.
Local da prestação do serviço e o ISS.
Mandado de Segurança contra crédito tributário inscrito na dívida ativa.
Mandado de Segurança em matéria tributária.
Medida cautelar fiscal.
Medida cautelar por parte do sujeito passivo.
Medidas Liminares e suspensão do crédito tributário.
Medidas Provisórias e o Direito Tributário, as.
Medidas Provisórias e o Princípio da Segurança Jurídica em matéria tributária.
Mercosul: suas conseqüências tributárias.
Mudança legislativa em matéria tributária e a segurança do contribuinte.
Multas tributárias, das.
Multas tributárias e o princípio do não confisco, as.
Natureza jurídica do Direito Tributário.
Natureza jurídica do Empréstimo Compulsório na doutrina e no Direito Brasileiro.
Natureza social do tributo.
Obrigação tributária, a.
Parafiscalidade no Direito Tributário brasileiro, a.
Pedágio.
Planejamento tributário.
Prescrição intercorrente nas execuções fiscais e no processo administrativo.
Multas tributárias: natureza jurídica, sistematização e princípios no CTN.
Princípio da anterioridade em matéria tributária, o.
Princípio da anterioridade no Direito Tributário e as medidas provisórias.
Princípio da capacidade contributiva, o.
Princípio da capacidade contributiva e a substituição tributária, o.
Princípio da irretroatividade da lei tributária, o.
Princípio da isonomia ou igualdade tributária, o.
Princípio da legalidade tributária, o.
Princípio da legalidade tributária na Constituição de 1988.
Princípio da livre circulação de pessoas e bens, o.
Princípio da não-cumulatividade do IPI e do ICMS.
Princípio da não-surpresa do contribuinte, o.
Princípio da proporcionalidade e o Direito Tributário.
Princípio da segurança jurídica tributária.
Princípio da uniformidade da tributação, do.
Princípio da vedação do confisco, o.
Princípios constitucionais tributários.
Princípios de anterioridade e irretroatividade em matéria tributária e suas implicações.
Princípios gerais do procedimento administrativo tributário.
Prisão civil por dívida tributária, da.
Processo administrativo tributário, do.
Processo administrativo tributário: seus princípios.
Processo de consulta, do.
Processo de restituição do tributo, do.
Processo judicial tributário, do.
Programa de demissão voluntário e o imposto de renda.
Progressividade x Proporcionalidade: vantagens e desvantagens.
Quebra do sigilo bancário como combate à evasão fiscal e a LC 105/2001.

Regime de Substituição Tributária na Constituição de 1988.
Regime tributário das indenizações.
Relação jurídica-tributária, da.
Remissão no Direito Tributário, da.
Responsabilidade de terceiros em matéria tributária.
Responsabilidade por infrações em matéria tributária.
Responsabilidade tributária dos sócios de empresas comerciais.
Responsabilidade tributária dos sucessores.
Responsabilidade tributária: considerações gerais.
Restituição tributária administrativa e judicial, da.
Sanções em matéria tributária.
Segurança jurídica na determinação dos fatos tributários.
Sigilo bancário e tributação.
Sistema Tributário Brasileiro, do.
Sistemas Tributários, os.
Sociedades profissionais e o ISS.
Solidariedade tributária, da.
Substituição e antecipação tributária.
Substituição tributária nas incidências sobre faturamento (PIS e COFINS).
Sujeição passiva tributária, da.
Sujeito ativo da obrigação tributária, do.
Sujeito passivo da obrigação tributária, do.
Sujeitos da relação jurídico-tributária.
Suspensão da exigibilidade do crédito tributário e a cobrança dos juros de mora, a.
Suspensão do Crédito Tributário.
Taxa: reflexões em torno deste tributo.
Teoria da imposição tributária.
Tipologia tributária no Brasil.
Tratamento tributário das indenizações trabalhistas.
Tributação das entidades previdência privada.
Tributação e Cidadania.
Tributação e Desenvolvimento.
Tributação e Direitos Humanos.
Tributação e função social da propriedade.
Tributação e garantias individuais.
Tributação e meio ambiente.
Tributação na Internet.
Tributação sobre Grandes Fortunas.
Tributação sobre o comércio exterior.
Tributo: origem e evolução.
Tributos como instrumento de intervenção do Estado na economia, os.
Tributos em espécie.
Tutela antecipada em matéria tributária.
Tutela antecipada e medidas cautelares em matéria tributária.
Tutela mandamental e inibitória da exigibilidade do crédito tributário.
Uso de Medidas Provisórias em matéria tributária - limites.
Vigência, interpretação e integração da norma tributária.

DIREITOS HUMANOS

Asilo político.
Comentários ao art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
(Todos os homens nascem livres e iguais, em dignidade e direitos.)
Comentários ao art. 9º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
(Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.)
Comentários ao preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
Direito à dignidade da pessoa humana.
Direito à educação.
Direito à intimidade.
Direito à paz.
Direito à personalidade jurídica.
Direito à previdência social.
Direito à saúde.
Direito à segurança individual e social.
Direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
Direito ao Desenvolvimento.

Direito ao repouso e ao lazer.
Direito ao trabalho e a uma remuneração justa.
Direito de acesso à Justiça.
Direito de defesa.
Direito de propriedade.
Direito de proteção à produção científica, literária e artística.
Direito de sindicalização.
Direito e a Eutanásia, o.
Direito e escravidão.
Direito e os Movimentos sociais, o.
Direito e preconceito racial.
Direito e preconceito social.
Direito fundamental de proteção à infância.
Direito fundamental de resistência.
Direitos da mulher.
Direitos fundamentais.
Direitos Humanos e Exclusão Social.
Efetividade do processo como direito fundamental do ser humano.
Igualdade de direitos do Homem e da Mulher.
Igualdade de todos perante a lei, da.
Inviolabilidade de correspondência, da.
Liberdade de associação pacífica.
Liberdade de credo religioso.
Liberdade de ir e vir.
Liberdade de opinião e de expressão.
Liberdade de pensamento.
Liberdade política.
Participação popular na formação da vontade do Estado.
Proteção ao estrangeiro, no Brasil.
Proteção ao índio, no Brasil.
Proteção jurídica à maternidade e à criança.
Proteção Jurídica dos Direitos Humanos.
Tortura e do tratamento ou castigo cruel, desumano e degradante, da.
Tráfico de órgãos humanos (Mercado humano).

ENSINO JURÍDICO

Algumas idéias de como melhorar o ensino jurídico no Brasil.
Capacitação Científica x Experiência Profissional, existe o conflito?
Diretrizes curriculares dos cursos de Direito: a Port. n° 1886/94-MEC e a Rés. n° 9/2004-CNE.
Diretrizes curriculares dos cursos de Direito: uma análise.
Educação continuada em Direito.
Ensino do Direito: crítico ou dogmático?
Ensino Jurídico e a formação do Advogado.
Ensino Jurídico e a formação do Delegado de Polícia.
Ensino Jurídico e a formação do Magistrado.
Ensino Jurídico e a formação do membro do Ministério Público.
Ensino Jurídico e cidadania.
Ensino Jurídico e Mudança Social.
Ensino Jurídico: realidade e perspectivas.
Ensino jurídico: uma avaliação crítica.
Estágio de prática jurídica como possibilidade de acesso à Justiça, dos carentes.
Ética como matéria transversal a todo Curso de Direito.
Expansão dos cursos jurídicos no Brasil: um estudo de caso.
Extensão universitária nos cursos jurídicos.
Formação de operadores do Direito em face das novas tecnologias.
Formação de operadores do Direito para a globalização.
Formação do quadro docente nos cursos de direito.
História do ensino Jurídico no Brasil.
Idéias de um acadêmico para a melhoria do ensino jurídico.
Importância da pesquisa científica nos cursos jurídicos, a.
Importância da pesquisa de campo para o conhecimento da realidade sócio-jurídica, a.
Importância do ensino da ética nos cursos jurídicos, a.
Inserção social dos cursos jurídicos.
Literatura e Direito.
Mestrados profissionalizantes em Direito.

Monografia jurídica como trabalho de conclusão do curso de Direito.
OAB e o ensino jurídico no Brasil, a.
Papel das Escolas Profissionalizante: Magistratura, Advocacia, Ministério Público.
Papel do Núcleo de Prática Jurídica na formação integral do Bacharel.
Pesquisa jurídica no Curso de Direito.
Projeto didático-pedagógico para o Curso de Direito.
Projeto OAB/Recomenda e o seu significado.
Qualidade do ensino jurídico e o profissional do Direito.
Reflexões em torno da Portaria nº 1886/94, do MEC.
Trabalho de conclusão de curso, como visto na Rés. nº 9/2004-CNE.

ÉTICA, BIOÉTICA E BIODIREITO

Aborto eugênico: uma discussão que se impõe.
Advogado e a questão ética, o.
Biodireito e Bioética.
Biodireito e Direito ao próprio corpo.
Bioética e Direito.
Bioética e Direitos Humanos.
Clonagem: Ética, Direito e Tecnologia Reprodutiva.
Ética, Bioética e Direito: interdisciplinaridade ou o Biodireito.
Ética e Advocacia pró bono.
Eutanásia e Direito.
Juiz e a questão ética, o.
Manipulação genética e dignidade humana: bioética e biodireito.
Ministério Público e a questão ética, o.
Moral e ética no trabalho, na política e no exercício profissional.
Proteção da vida e o aborto, a eutanásia e a morte assistida.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL e ADVOCACIA

Advocacia ambiental e os novos paradigmas do Direito Ambiental.
Advocacia como função essencial à Justiça.
Advocacia criminal e advocacia criminosa.
Advocacia de partido, da.
Advocacia e a Constituição de 1988, a.
Advocacia e globalização.
Advocacia e Justiça Criminal.
Advocacia e movimentos populares.
Advocacia e os novos desafios da sociedade.
Advocacia em tempos de contradições.
Advocacia empresarial e seus clientes.
Advocacia no começo do Século XXI.
Advocacia no contexto do Mercosul.
Advocacia perante a Segunda Instância.
Advocacia perante os tribunais superiores.
Advocacia pública, da.
Advocacia Pública e defesa da Legalidade.
Advocacia pública e defesa do Estado.
Advogado associado e sociedade de advogados.
Advogado deficiente físico, o.
Advogado e a ética, o.
Advogado e a Lide temerária, o.
Advogado e as relações com os clientes, o.
Advogado e os demais profissionais do Direito, o.
Advogado e os juizados especiais, o.
Advogado no processo administrativo: direitos, obrigações e restrições.
Assessoria jurídica.
Atividades extrajudiciais do Advogado.
Autorização, reconhecimentos e avaliação dos cursos jurídicos.
Campo de trabalho para o profissional do Direito.
Composição dos Tribunais e participação do Advogado.
Compromisso social do advogado, o.
Consultoria jurídica.
Defensoria pública como dever do Estado brasileiro.
Desafios Atuais da Advocacia.
Dever de urbanidade no Código de Ética e Disciplina da OAB, do.

Dificuldades profissionais do advogado em início de carreira.
Dificuldades profissionais do advogado.
Direito do Advogado a verificar inquéritos policiais, do.
Disciplina legal da publicidade na advocacia.
Estagiário perante o Estatuto da Advocacia e da OAB, o.
Estresse na advocacia de família, o.
Ética, Transformação Social e Atuação Profissional.
Ética e a defesa criminal, a.
Ética e sigilo profissional do advogado.
Ética na Advocacia Pública.
Ética na Advocacia.
Ética profissional do advogado.
Ética profissional e honorários.
Exame de ordem, o.
Formação contínua do advogado, da.
Função social do advogado.
História da OAB no Rio Grande do Norte.
Honorários advocatícios.
Honorários de sucumbência na advocacia pública, dos.
Impedimentos ao exercício pleno da advocacia.
Incompatibilidades ao exercício da advocacia.
Independência do Advogado, a.
Inviolabilidade do Advogado frente à Constituição de 1988, a.
Jus posfu/anaY e advocacia trabalhista.
Mulher advogada: conquistas e obstáculos.
Mulheres na advocacia, as.
Múnus social da advocacia.
Natureza alimentícia dos honorários advocatícios e os precatórios.
OAB e a ação direta de inconstitucionalidade, a.
OAB e a fiscalização do exercício profissional, a.
OAB e a garantia do Estado Democrático de Direito, a.
OAB e Democracia.
OAB e o Estado Brasileiro, a.
OAB e os advogados, a.
Organização de escritórios de advocacia, da.
Papel da OAB perante a sociedade brasileira, o.
Papel da OAB.
Papel das organizações sindicais de advogados.
Papel do advogado na sociedade brasileira, o.
Papel institucional e político da OAB.
Participação da OAB em concursos públicos.
Participação política do advogado.
Participação popular e OAB.
Perfil do Advogado na atualidade.
Poder disciplinar da OAB, do.
Processo ético na OAB, do.
Previdência e Caixa de Assistência do Advogado.
Profissional da Advocacia nos dias de hoje, o.
Propaganda profissional e ética.
Publicidade da advocacia e seus limites.
Publicidade e ética profissional do advogado.
Regulamentação dos serviços jurídicos de advogados estrangeiros, da.
Responsabilidade das sociedades de advogados, da.
Ruy Barbosa, patrono dos advogados brasileiros.
Seleção, formação e aperfeiçoamento do advogado.
Sigilo profissional, do.
Sobral Pinto e a advocacia.
Sociedade de advogados e sua função atual.
Valorização do advogado empregado.

PODER JUDICIÁRIO

Atividade jurisdicional no terceiro milênio, a.
Controle interno e controle externo do Poder Judiciário.
Democracia e acesso à Justiça.
Democracia e formação dos Juizes.

Democratização do Poder Judiciário.
Desafios Atuais do Poder Judiciário.
Dogma da neutralidade judicial: sua contextualização no Estado brasileiro.
É possível o julgamento de civis pela Justiça Militar?
Esgotamento do modelo do Poder Judiciário: uma proposta de mudança.
Estado e o Poder Judiciário no Brasil, o.
Estrutura do Poder Judiciário e Controle Externo.
Ética e Justiça.
Ética no Poder Judiciário.
Formação contínua do Magistrado, da.
Função do Juiz numa sociedade em mudança, a.
Imparcialidade do Magistrado, da.
Importância de aprimorar a administração da Justiça, a.
Judiciário e a Informática, o.
Juiz e a aplicação das leis, o.
Justiça atende as expectativas da sociedade, a?
Lei Orgânica da Magistratura, a.
Limites constitucionais ao poder de fixar as custas processuais.
Necessidade de controle social sobre o Poder Judiciário.
Papel do STF, o.
Papel do STJ, o.
Perspectivas da Justiça do Trabalho.
Poder Judiciário: autonomia e Justiça.
Poder Judiciário e a tutela das liberdades.
Poder Judiciário e Estado Democrático de Direito.
Poder Judiciário Estadual: realidade e perspectivas.
Poderes do Juiz na direção e instrução processual civil.
Poderes do Juiz na direção e instrução processual penal.
Prestação jurisdicional e sua relação com as novas tecnologias, a.
Problemas no Poder Judiciário: suas causas e propostas de soluções.
Propostas para a agilização do Poder Judiciário.
Propostas para a reforma do Poder Judiciário no Brasil.
Reforma do Poder Judiciário: prós e contras.
Reforma do Poder Judiciário: uma análise da legislação.
STF e o controle da constitucionalidade, o.
STF na Constituição Federal de 1988, o.
Súmula vinculante e suas consequências sobre o poder de julgar.
Tribunais e a Magistratura, os.
Tribunal de Justiça do RGN, o.

PSICOLOGIA JURÍDICA

Evolução da Psicologia Jurídica no Brasil, a.
Infância e violência doméstica.
Mulher e violência doméstica.
Necessidade de um serviço de Psicologia Jurídica, da.
Perfil das mulheres detentas, um.
Psicologia Judiciária junto ao Direito de Família, da.

RESPONSABILIDADE CIVIL

Atos ilícitos e a obrigação de indenizar.
Aspectos polêmicos do Dano Moral.
Avaliação do Dano Moral.
Causas excludentes da responsabilidade civil do fornecedor.
Contrato de assistência médica e responsabilidade civil.
Culpa aquiliana.
Dano material.
Dano moral e a transmissão da AIDS entre cônjuges e entre companheiros.
Dano moral e ressarcimento.
Dano moral: questões controvertidas.
Dano psíquico e sua reparação.
Erro médico e o direito.
Influência da sentença criminal sobre o juízo de reparação.
Pressupostos da Responsabilidade Civil.
Reparação civil dos danos morais.
Responsabilidade aquiliana.

Responsabilidade civil ambiental.
Responsabilidade civil constitucional.
Responsabilidade civil da Administração e das Empresas Públicas.
Responsabilidade civil da empresa por acidentes de trabalho.
Responsabilidade civil das locadoras de automóveis.
Responsabilidade civil direta e indireta.
Responsabilidade civil do advogado.
Responsabilidade civil do cirurgião-dentista: obrigação de meio ou de resultado?
Responsabilidade civil do construtor.
Responsabilidade civil do empregador por dano moral em acidentes do trabalho.
Responsabilidade civil do Estado pela demora na prestação jurisdicional.
Responsabilidade civil do Estado por ato judicial lícito: prisão preventiva e absolvição.
Responsabilidade civil do Estado por atos judiciais.
Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos.
Responsabilidade civil do Estado por danos ambientais.
Responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de obras públicas.
Responsabilidade civil do Estado por furtos de veículos em seus estacionamentos.
Responsabilidade civil do Estado por prisão indevida.
Responsabilidade civil do Estado.
Responsabilidade civil do Estado perante as enchentes urbanas.
Responsabilidade civil do fabricante.
Responsabilidade civil do fornecedor nas relações eletrônicas.
Responsabilidade civil do hospital pela não prestação de socorro médico.
Responsabilidade civil do hospital por erro médico.
Responsabilidade civil do incorporador de imóveis.
Responsabilidade civil do médico.
Responsabilidade civil do prestador de serviços.
Responsabilidade civil do profissional liberal no Código de Defesa do Consumidor.
Responsabilidade civil do segurador.
Responsabilidade civil do transportador aéreo.
Responsabilidade civil do transportador.
Responsabilidade civil dos bancos de dados e cadastro de consumidores.
Responsabilidade civil dos estabelecimentos bancários.
Responsabilidade civil e o dano médico.
Responsabilidade civil e o ônus da prova.
Responsabilidade civil e o provedor de Internet.
Responsabilidade civil extracontratual da administração pública.
Responsabilidade civil extracontratual.
Responsabilidade civil na área da saúde.
Responsabilidade civil na relação paterno-filial.
Responsabilidade civil na sociedade global de informação.
Responsabilidade civil nas relações de consumo.
Responsabilidade civil nas relações familiares.
Responsabilidade civil nos contratos.
Responsabilidade civil nos meios de transporte.
Responsabilidade civil nos negócios imobiliários.
Responsabilidade civil nos shopping centers.
Responsabilidade civil objetiva: seus pressupostos.
Responsabilidade civil pela má utilização da água.
Responsabilidade civil pelo rompimento de promessa de casamento.
Responsabilidade civil por assédio sexual.
Responsabilidade civil por acidente do trabalho.
Responsabilidade civil por dano à honra.
Responsabilidade civil por dano processual decorrente da litigância de má-fé.
Responsabilidade civil por danos ambientais.
Responsabilidade civil por danos causados por remédios.
Responsabilidade civil por discriminação injusta nas relações de consumo.
Responsabilidade civil por fatos de animais.
Responsabilidade civil por violação de direitos patrimoniais de autor.
Responsabilidade civil, da.
Responsabilidade contratual e extracontratual.
Responsabilidade extracontratual.
Responsabilidade Extracontratual do Estado por Condutas Administrativas Comissivas.
Responsabilidade objetiva à luz do CDC.
Responsabilidade objetiva e subjetiva.

Responsabilidade objetiva ou culpa presumida?
Tendências atuais da responsabilidade civil em face do dano ambiental.
Teoria geral da Responsabilidade Civil.

TEORIA GERAL DO DIREITO, INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO, HISTÓRIA DO DIREITO, FILOSOFIA DO DIREITO e SOCIOLOGIA JURÍDICA

Aborto, Moral e Direito.

Âmbito de eficácia e âmbito de competência das leis.

Arbitragem, mediação e negociação como forma de solução dos conflitos.

Caráter essencialmente provisório das normas do Direito, do.

Composição extrajudicial dos conflitos.

Conceito de Direito, do.

Concepção da Justiça em John Rawls, a.

Concepção sociológica do Direito.

Conflito entre Direito e Moral, como resolver?

Considerações em torno do Direito Natural.

Contribuição ao estudo jurídico do caso da "Barriga de Aluguel".

Costumes e Direito.

Deontologia jurídica.

Desobediência civil, da.

Desobediência civil e movimentos sociais.

Dimensão axiológica do Direito, da.

Direito Alternativo.

Direito ao patrimônio genético.

Direito como meio de pacificação social, o.

Direito de resistência, do.

Direito e a Doutrina Social da Igreja, o.

Direito e a mudança social, o.

Direito e Desenvolvimento.

Direito e Exclusão Social.

Direito e manipulações genéticas.

Direito e Moral.

Direito e Poder.

Direito e Religião.

Direito e sua formulação, o.

Direito e sociedade em rápida transformação.

Direito e sociedade.

Direito: o que é?

Direitos Fundamentais, dos.

Direitos Humanos, dos.

Dogmática jurídica.

Doutrina marxista do Direito.

Doutrinas espiritualistas do Direito - o Direito Natural e o Direito Divino.

Eficácia das leis.

Ética Jurídica.

Ética, Moral e Direito.

Fatores da evolução do Direito.

Fontes do Direito.

Fundamentos epistemológicos do Direito.

Globalização, Direitos Sociais e Poder Local.

Globalização e crise dos direitos nacionais.

Globalização e Exclusão Social: o caso brasileiro.

Hermenêutica e aplicação do Direito.

Hermenêutica jurídica como instrumento de acesso à Justiça, a.

Internacionalização legal da Amazônia?

Internacionalização dos Direitos, a.

Interpretação do direito segundo a Lógica do Razoável, na visão de Luís Recasens Siches.

Jusnaturalismo: uma análise.

Juspositivismo: sua fragilidade histórica e teórica.

Justiça e o Direito Natural, a.

Justiça: o que é?

Lógica do Razoável na interpretação do Direito, a.

Lógica Jurídica como ferramenta do Jurista, a.

Menor, a Família e a Violência na sociedade contemporânea, o.

Mercado humano: consequências jurídicas.

Moral e o Direito, a.
Neoliberalismo e Democracia Social, o.
Origem do Estado.
Partidos político e o Estado, os.
Pode-se viver sem o Direito?
Polêmica do uso do radar nas estradas de rodagem, a.
Política e Estado no pensamento marxista.
Positivismo jurídico e valores.
Que fazer quando o Direito é óbice para a realização da Justiça?
Regime jurídico das ouvidorias públicas brasileiras.
Seria o costume a única fonte do Direito?
Sociedade e Direito.
Solução alternativa de conflitos.
Tendências atuais do Direito.
Teoria da Argumentação Jurídica.
Teoria da Interpretação das leis.
Teoria geral da relação jurídica.
Teoria pura do Direito, a.
Teoria tridimensional do Direito, a.
Transgênicos: algumas considerações de caráter jurídico.
Valores, processo e sentença.
Violência doméstica.

DIVERSOS

Acesso à Justiça no Direito Brasileiro.
Acesso à Justiça Penal.
Amaro Cavalcanti e o Direito Financeiro.
Análise jurídico-política de A Revolução dos Bichos, de George Orwell.
Antígona e a defesa dos direitos humanos.
Aplicação alternativa do Direito.
Aspectos da relação Indivíduo - Sociedade - Estado em O Processo, de Kafka.
Barreiras eletrônicas para o controle do trânsito de automóveis: uma polêmica.
Conseqüências jurídicas da inflação.
Considerações sobre O Espírito das Leis, de Montesquieu.
Controle supranacional dos Direitos Humanos.
Criança e Cidadania no Brasil.
Crime e o criminoso no Crime e Castigo, de Dostoiévski, o.
Defensoria pública e os excluídos.
Defesa dos Excluídos na Justiça.
Democracia e formação dos Juizes.
Democracia e Poder Judiciário.
Desafios Atuais do Ministério Público.
Desestruturação familiar e a conduta juvenil desviada, a.
Desigualdade econômica no acesso à Justiça: sua repercussão.
Desobediência civil e o Movimento dos Sem Terra, a.
Direito à integridade do patrimônio genético, o.
Direito alternativo.
Direito autoral.
Direito da Integração e Direito Comunitário.
Direito de trânsito.
Direito e a paz social, o.
Direito e bioética.
Direito e Desenvolvimento Sustentável.
Direito e Ecologia.
Direito e Exclusão Social.
Direito e literatura.
Direito e literatura: estudos de casos.
Direito e manipulações genéticas.
Direito e Mudança Social.
Direito Supranacional e sua aplicação no Direito Interno.
Doutrina social da Igreja e os direitos humanos.
Eleição e abuso do poder econômico.
Estado e exclusão social.
Estatuto da Criança e do Adolescente.
Ética e questão agrária no Brasil.

Excluídos da Justiça, os.
Exercício da Cidadania e a luta do negro contra a discriminação no Brasil.
Floriano Cavalcanti e suas lições de direito.
Formação jurídica e democratização do acesso à Justiça.
Fundamentos do Estado Moderno na filosofia política de Thomas Hobbes.
Globalização e cidadania.
Globalização e o futuro do Direito.
Globalização econômica e os novos limites à soberania dos Estados.
História da Faculdade de Direito da UFRN.
Ineficácia dos direitos sociais constitucionais, em Vidas Secas, de Graciliano Ramos, da.
Influência de Hans Kelsen no Direito Brasileiro, alguns aspectos.
Influência de Kant no Direito Brasileiro, alguns aspectos.
Inquérito civil e ação civil pública.
Invasão de propriedade rural improdutiva.
Juristas do Rio Grande do Norte.
Legalidade do julgamento de Cristo, da.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
Lei de Imprensa.
Lei de Transplantes de órgãos e tecidos.
Limites à atuação do Ministério Público.
Locke e a teoria do Estado.
Mário Moacir Porto: professor, magistrado, advogado e jurista.
Marx e o Direito.
Miguel Seabra Fagundes, sua contribuição para o direito brasileiro.
Ministério Público: uma análise do seu papel.
Montesquieu e a separação dos poderes.
Morte encefálica e a lei de transplantes de órgãos e tecidos.
MST: legalidade ou legitimidade?
Neoliberalismo e o Direito, o.
Norma fundamental kelseniana e conceito de direito.
O Caso dos Exploradores de Caverna: uma análise das sentenças.
O Espírito das Leis: alguns aspectos.
O Mercador de Veneza: considerações jurídicas de uma obra literária.
O Príncipe, de Maquiavel, e o Estado.
O Processo, de Kafka, e o devido processo legal.
O que é a Justiça?
Otto de Brito Guerra: suas lutas na Faculdade de Direito da UFRN.
Papel das Defensorias Públicas, o.
Papel do Estado em O Leviatã, de Hobbes.
Papel do Estado em O Príncipe, de Maquiavel, o.
Papel do Estado no livro 1984, de George Orwell.
Paulo Pinheiro de Viveiros, o primeiro Diretor da Faculdade de Direito/UFRN.
Por que respeitar as instituições jurídicas?
Proteção integral da criança e do adolescente.
Queda do monopólio da Justiça pelo Estado, a.
Rousseau e o seu Contrato Social.
Seguro obrigatório de responsabilidade civil de automóvel.
Sigilo bancário, do.
Súmula de efeito vinculante no Direito Brasileiro.
Transplante de órgãos e tecidos: aspectos jurídicos.

Adilson Gurgel de Castro.
Advogado e Professor de Direito.
OAB/RN, UFRN e FACEX
Natal, 25 de junho de 2006